

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

IGOR CIRILO FARIA ALMEIDA

“NÃO QUEREMOS GAIOLAS MAIORES, QUEREMOS GAIOLAS VAZIAS”:
UMA ETNOGRAFIA DE DEFENSORES(AS) DE ANIMAIS E VEGETARIANOS(AS)

GOIÂNIA
SETEMBRO DE 2012

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Igor Cirilo Faria Almeida		
E-mail:	icfaria (arr0ba) yahoo (pont0) com (pont0) br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFG.	Sigla:	PRPPG-UFG
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ: 015676010001-43
Título:	"Não queremos gaiolas maiores, queremos gaiolas vazias": uma etnografia de defensores(as) de animais e vegetarianos(as).		
Palavras-chave:	Abolicionismo animal. Direitos animais. Proteção animal. Veganismo. Vegetarianismo.		
Título em outra língua:	"We don't want larger cages, we want empty cages": an ethnography of animal rights defenders and vegetarians.		
Palavras-chave em outra língua:	Animal abolitionism. Animal rights. Animal protection. Veganism. Vegetarianism.		
Área de concentração:	Antropologia Social.		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	01/10/2012		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social		
Orientador (a):	Dra. Maria Luiza Rodrigues Souza.		
E-mail:			
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

ASSINATURA DO (A) AUTOR (A)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

IGOR CIRILO FARIA ALMEIDA

“NÃO QUEREMOS GAIOLAS MAIORES, QUEREMOS GAIOLAS VAZIAS”:
UMA ETNOGRAFIA DE DEFENSORES(AS) DE ANIMAIS E VEGETARIANOS(AS)

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Linha de Pesquisa: Etnografia das ideias e dos repertórios culturais. Orientadora: Dra. Maria Luiza Rodrigues Souza.

GOIÂNIA
SETEMBRO DE 2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

A447n Almeida, Igor Cirilo Faria.
“Não queremos gaiolas maiores, queremos gaiolas vazias”
[manuscrito]: uma etnografia de defensores(as) de animais e
vegetarianos(as) / Igor Cirilo Faria Almeida. – 2012.
102 f. : il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Rodrigues Souza.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais, 2012.

Bibliografia.

Inclui lista de abreviaturas e siglas.

Apêndice.

1. Proteção animal. 2. Direito dos animais. I. Título.

CDU: 351.765

AUTOR: IGOR CIRILO FARIA ALMEIDA. TÍTULO: “NÃO QUEREMOS GAIOLAS MAIORES, QUEREMOS GAIOLAS VAZIAS”: UMA ETNOGRAFIA DE DEFENSORES(AS) DE ANIMAIS E VEGETARIANOS(AS).

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Linha de Pesquisa: Etnografia das ideias e dos repertórios culturais.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca examinadora:

Dra. Maria Luiza Rodrigues Souza (Presidente)
Universidade Federal de Goiás

Dra. Nádia Farage (Membro externo)
Universidade Estadual de Campinas

Dra. Nei Clara de Lima (Membro interno)
Universidade Federal de Goiás

Dra. Janine Helfst Leicht Collaço (Membro interno - Suplente)
Universidade Federal de Goiás

Aos interlocutores desta pesquisa.

À Prof^a Maria Luiza.

À minha família.

À memória de minha mãe, Valdete.

RESUMO

Este trabalho trata de defensores de animais e vegetarianos² em Goiânia. O tema é abordado principalmente através do estudo de caso de um grupo local, chamado Animalistas de Goiânia, e de alguns outros defensores e vegetarianos. O objetivo da dissertação é, assim, empreender um diálogo entre, de um lado, as ideias e práticas dessas pessoas e, de outro lado, referenciais teóricos antropológicos. O principal método desenvolvido é o etnográfico, incluindo trechos elaborados em autoria plural. Os resultados alcançados estão expressos nos seguintes capítulos. O Capítulo Um trata dos aspectos metodológicos, especialmente da coautoria, e discute as questões da proximidade, distanciamento e envolvimento entre pesquisador e interlocutores. A questão *como representar textualmente as ideias e práticas ativistas?* é acionada, e o desafio empreendido foi construir parte da dissertação em coautoria com alguns militantes. O Segundo Capítulo explicita a construção da pesquisa de campo, caracteriza o grupo e discorre sobre termos importantes presentes nos debates e ações militantes. O Terceiro oferece considerações adicionais sobre o modo de pensamento desses ativistas, bem como suas visões de futuro. O Quarto vislumbra um ato público organizado pelo coletivo, e duas situações envolvendo vegetarianos. A partir dessa manifestação e das situações, o texto é finalizado refletindo-se sobre o modo como se entrelaçam as ideias e práticas desses simpatizantes dos animais.

Palavras-chave: Abolicionismo animal. Direitos animais. Proteção animal. Veganismo. Vegetarianismo.

² Baseando-me na definição feita pela maioria dos interlocutores com os quais me relacionei, em todo o trabalho considerarei o seguinte. Tomarei o **vegetarianismo** como *todo tipo* de dieta na qual não se consome nenhum tipo de carnes e seus derivados (embutidos, etc.). Ou seja, não se consumindo inclusive frango ou peixe. Seguindo esse critério, o vegetarianismo tem como principais *subtipos* o **ovolactovegetarianismo** e o **veganismo**. No primeiro se consome ovo, leite e seus subprodutos. No segundo não se ingere nada que contenha qualquer ingrediente de origem animal. Ou seja, nem carnes, nem ovo, leite, mel e derivados. Dependendo do contexto, o veganismo é visto ou como uma **dieta** ou, de modo “mais amplo”, como um **estilo de vida**. Neste último, procura-se boicotar também todos os produtos e serviços que envolverem qualquer “exploração de animais”. Isto é, boicotam-se roupas com couro, rodeios, produtos de higiene sobre os quais foram feitos testes toxicológicos em animais, etc. Em certos contextos será relevante *contrastar*, de um lado, o veganismo, e de outro, o vegetarianismo e ovolactovegetarianismo. Estes dois termos serão vistos, em tais contextos, como sinônimos. Adiante, os pesquisados darão detalhes ou visões diferentes dessa que tomei como critério.

ABSTRACT

This work is about animal defenders and vegetarians in Goiânia, the capital of Goiás, Brazil. The main theme's approach is the case study of a local group, called Animalistas de Goiânia [Goiânia Animalists'], and some other defenders and vegetarians. So, the dissertation objective is to do a dialog between, on one hand, these persons' ideas and practices and, on the other hand, anthropological theoretical references. The ethnographic is the main method developed, including some parts elaborated by multiple hands. The follow chapters expresses the results reached. The Chapter One talks about methodological issues, specially co-writing, and discuss the proximity, distance and involvement questions between researcher and researched. The *how to textually represent the activists' ideas and practices?* question was triggered and the challenge was to construct, within some militants, text parts. The Second Chapter exposes fieldwork construction, that group characterization and comments important terms founded on the militant's debates and actions. The Third shows additional considerations about these activists' way of thinking, as well as there's future visions. The Fourth approaches a public act organized by the collective, and two situations involving vegetarians. Finally, the text does a reflection about the connection way of the ideas and practices from those animal's activists.

Keywords: Animal abolitionism. Animal rights. Animal protection. Veganism. Vegetarianism.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente a todos que colaboraram com a realização dessa pesquisa. Como costumo pesquisar questões que envolvem acalorados debates políticos, em geral prefiro não citar diretamente os nomes dos envolvidos. Mas eles sabem que a ausência de suas nomeações aqui é paralela a suas presenças em minha lembrança e gratidão.

Agradeço aos pesquisados, pela disposição em aceitar minha presença em atos, reuniões, e pelo tempo que dedicaram em conversas comigo. Em nossos diálogos pudemos aprender uns com os outros.

À minha orientadora, pela constante atenção quanto a oferecer sugestões para o encaminhamento do estudo, bem como pelos conselhos gerais que me auxiliaram a trilhar um rumo para o trabalho.

Aos Professores com os quais dialoguei, trabalhei conjuntamente, e que prestaram comentários aos trabalhos em disciplinas, seminários e bancas.

Aos colegas de turma que também deram sugestões ao trabalho, ou colaboraram em outras etapas. A maioria é de minha turma de 2010; mas há alguns a registrar, nas de 2009 e 2011.

Aos servidores e trabalhadores, efetivos e terceirizados, na UFG e órgãos relacionados a nosso mestrado, como são os da Faculdade de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (que me concedeu a bolsa de pesquisa, pela qual agradeço respeitosamente), Biblioteca, Restaurante Universitário e Copiadora do CA de Computação. Presto gratidão também aos colaboradores que atuam junto a minha família.

À minha família, pelo apoio emocional e afeto insubstituíveis e sempre presentes.

[Penso em] estudar[mos] a questão de diversidade, porque conta muito a gente ficar falando assim: "ah, mas é cultura comer carne, cultura de sofrimento". Mas de que forma as pessoas vão poder tratar melhor os animais, parar de comer carne, [mas] dentro da cultura deles? [E] não ir lá e matar a cultura deles, vamos dizer assim. Não ter uma forma violenta [de o grupo educar sobre vegetarianismo]. (informação verbal)³.

³ Transcrição da fala de Juliana, ativista vegetariana integrante do grupo Animalistas de Goiânia, durante diálogo em 22/02/2012.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Animalistas	Grupo Animalistas de Goiânia
Aspaan	Associação Protetora e Amiga dos Animais
Biodefesa	Associação dos Protetores do Meio Ambiente
CCZ	Centro de Controle de Zoonoses
FCS	Faculdade de Ciências Sociais da UFG
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFG
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG
Sgopa	Sociedade Goiana Protetora dos Animais
SVeDA	Sociedade Vegetariana e Defensora dos Animais
SVG	Sociedade Vegetariana de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 21

1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS, 23

- 1.1 SOBRE O ESTILO DE ESCRITA, 23
- 1.2 DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO, 27
- 1.3 AUTORIA PLURAL, 28
- 1.4 TIPOS DE LETRA DIFERENTES, 31
- 1.5 MODO DIALÓGICO DE AUTORIA PLURAL, 33
- 1.6 RESTITUIÇÃO ETNOLÓGICA, 41
- 1.7 PROXIMIDADE, DISTANCIAMENTO E ENVOLVIMENTO, 42

2 A “EXPLORAÇÃO DOS HUMANOS SOBRE OS ANIMAIS [... PARA] ALIMENTAÇÃO” – CONSTRUINDO A PESQUISA DE CAMPO, 45

- 2.1 O SURGIMENTO DO INTERESSE PELOS DIREITOS ANIMAIS, 45
- 2.2 A INSERÇÃO EM CAMPO, 47
- 2.3 O GRUPO ANIMALISTAS DE GOIÂNIA, 48
- 2.4 OUTROS GRUPOS LOCAIS, 53
- 2.5 TERMOS IMPORTANTES, 57

3 “NÃO QUEREMOS GAIOLAS MAIORES, QUEREMOS GAIOLAS VAZIAS” – REPRESENTANDO IDEIAS ABOLICIONISTAS, 71

- 3.1 INTERPRETANDO OS ANIMAIS, 71
- 3.2 A VISÃO DE FUTURO DOS ANIMALISTAS, 74
- 3.3 “PROTEÇÃO DE CÃO E GATO” *VERSUS* “VEGETARIANISMO”, 78
- 3.4 OUTRAS INTERPRETAÇÕES, 80

4 “NESTE NATAL NÃO COMA O PRESÉPIO! TORNE-SE VEGETARIANO!” – ETNOGRAFANDO ATIVIDADES DE ABOLICIONISTAS E VEGETARIANOS, 83

- 4.1 O ATO *NESTE NATAL...*, 83
- 4.2 INTERPRETANDO O ATO, 85
- 4.3 UMA SITUAÇÃO EM UM RESTAURANTE, 88
- 4.4 OUTRA SITUAÇÃO DURANTE UMA REFEIÇÃO, 89
- 4.5 INTERPRETANDO A SEGUNDA SITUAÇÃO E REARTICULANDO CONSIDERAÇÕES, 90

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 93

REFERÊNCIAS, 95

APÊNDICE, 101

LISTA DE NOMES E CARACTERIZAÇÕES DOS INTERLOCUTORES, *101*

INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata de “defensores” dos “direitos animais”, vegetarianos e veganos⁴, em Goiânia. O tema é abordado principalmente através da etnografia de integrantes desses segmentos, e especialmente do grupo chamado Animalistas de Goiânia. Daqui em diante, comumente o mencionarei apenas por seu primeiro nome, ou pelas designações *grupo*, *coletivo*, *organização*, *agrupamento* e afins. No mesmo sentido, chamarei seus membros de *os Animalistas*.

Este agrupamento se posiciona contrariamente a qualquer tipo de “exploração” de animais, e consideram viável e necessário que a humanidade pare ao menos com as mortes e confinamentos – inclusive quanto aos empregados para fins alimentares.

No Capítulo Um ofereço uma introdução ao modo de pensamento desses ativistas. Em relação a esta tarefa, a questão *como representá-lo textualmente?* é acionada. E o desafio empreendido foi construir partes da dissertação em coautoria com alguns militantes. Discuto as questões da proximidade, distanciamento e envolvimento entre pesquisador e interlocutores, no contexto de uma pesquisa na qual o investigador teve contato prévio com o universo pesquisado.

No Dois, trato da construção da pesquisa de campo, caracterizo o grupo acima, e discorro sobre termos considerados politicamente relevantes pelos ativistas.

No Terceiro Capítulo, consideraremos as descrições que os simpatizantes de animais fazem, sobre estes, como sendo interpretações. Relacionadas, assim, ao contexto de valores no qual os observadores se inserem. Contudo, apresentaremos uma autora que menciona correntes antropológicas questionadoras de uma noção que subjaz a parte dos estudos sobre a relação humano-animal – a noção segundo a qual os julgamentos sobre os animais sentirem dor, desconforto e outras sensações, seriam eminentemente visões valorativas dos militantes.

No Capítulo Quatro vislumbraremos um ato público organizado pelo coletivo, e duas situações, durante refeições, contadas por vegetarianos. A partir do ato, refletiremos sobre o modo como se entrelaçam as ideias e práticas dos militantes. Bem como sobre a confrontação dos ideais com a dinâmica das condições materiais que influem em sua execução.

Começamos então fazendo algumas observações sobre o modo de escrita empregado na construção deste texto.

⁴ Como veremos, nem todo defensor é vegetariano ou vegano; e vice-versa.

1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

1.1 SOBRE O ESTILO DE ESCRITA

Sabemos que especialmente as correntes de pensamento auto ou alterdenominadas como antropologia interpretativa – conforme Geertz (2008) –, pós-moderna, pós-colonial e de estudos de subalternidade foram algumas das principais questionadoras da suposição de objetividade quanto ao conhecimento produzido pelos antropólogos. Falei “auto ou alterdenominadas” pois por exemplo, conforme Peirano (1992), os autores rotulados como pós-modernos não costumam se autodenominar desse modo, e não necessariamente consideram constituir uma escola de pensamento. De todo modo, Peirano comenta em uma nota de rodapé (p. 134) que certos elementos em comum àqueles autores nos permitiriam falar em algo como um paradigma. Esses elementos seriam a menção recorrente a Geertz – geralmente em tom crítico –, a confluência de publicações em uma determinada revista científica, e a organização conjunta de uma conferência (a de Santa Fé).

Igualmente é sabido que essas correntes intelectuais projetam parte de suas convicções nos produtos por elas elaborados. Assim é que, ao produzirem seus textos, passam a evitar termos comumente empregados por quem escrevia tendo como pano de fundo – consciente ou inconsciente – o “conhecimento positivo”. Palavras como *fato*, *descrição da realidade*, *nativo* e *informante* passaram a ser menos usadas, ou explicitamente criticadas. Em lugar delas, preferimos há várias décadas *evento*, *interpretação de uma situação*, *interlocutor* e outras. De modo próximo ao que aponta Clifford (1998), vemos que a narrativa onisciente – como a do tipo que usei neste parágrafo e no anterior – também foi dando lugar à escrita na primeira pessoa. Bem como uma maior exigência de clareza quanto à distinção das falas e ideias, diferenciando entre as do pesquisador e dos interlocutores.

Durante minha graduação e esta Pós, mormente procurei seguir esse novo *look* – para usar o termo irônico com o qual Sena (1987, p. 14) se refere à proposta da antropologia pós-moderna –, e continuo achando-o importante e válido. Mead (1967) explicaria tal empolgação como condizente com minha idade, mas não por essa energia crítica ser natural da faixa etária, mas sim típica da juventude da cultura ocidental. Se bem que em meu caso, habitante do Sul do globo, mais acurado seria dizer-me como membro da cultura ocidentalizada, que da propriamente ocidental.

Tendo então em vista esses termos e estilos clássicos e contemporâneos, optei por levar ambos em conta. Procedo de um modo tal qual DaMatta (1986) aponta como característica típica do cidadão brasileiro: uma mistura, um constante lidar e um tentar equilibrar o formal e o informal, o politicamente correto e o pragmaticamente viável.

Assim é que falarei que faço *análises* e *interpretações*; que lido com *nativos* e *interlocutores*, *fatos* e *opiniões*. Assim é que escreverei em primeira pessoa do plural, não para reproduzir a *démodé* impessoalidade do sujeito cognoscente iluminista. Mas para trazer comigo, na jornada por entre os parágrafos, o terceiro elemento – você, leitor – do encontro etnográfico. Como, por exemplo, no seguinte trecho (localizado algumas páginas abaixo, no fim deste tópico):

“Após todas essas considerações sobre o estilo de escrita, vamos agora lidar com a questão: *como representar as ideias dos interlocutores?*”

Ou seja, no parágrafo acima, o verbo *vamos* está no plural pois se refere a mim e a você, leitor.

Tendo em vista o mesmo raciocínio, pontuemos outro de seus efeitos. Esta pesquisa foi feita junto a interlocutores com os quais o pesquisador já tinha relativa proximidade, desde antes do trabalho de campo. Nesses casos, é recomendável que o pesquisador dedique atenção especial quanto a não naturalizar, no processo de escrita, categorias e ideias êmicas. Essa questão da proximidade e distanciamento será discutida com mais profundidade em um tópico adiante. Mas por ora importa registrar certas opções de estilo de escrita, que foram aplicadas tendo em vista tal questão.

Um dos elementos desse modo de escrita foi inspirado em Lévi-Strauss (1980). Nesta obra, o autor questiona a validade da noção de totemismo. E, logo no início, pondera que “[s]erá incômodo colocá-lo [o termo totemismo] sempre entre aspas ou acrescentar-lhe o adjetivo ‘pretense’. As necessidades do diálogo permitem certas concessões de vocabulário” (1980, p. 107).

No mesmo sentido, para favorecer a fluência do texto nesta dissertação, as autodenominações serão colocadas entre aspas geralmente apenas na primeira vez em que forem mencionadas. O mesmo vale para outras categorias relevantes – empregadas seja pelo

pesquisador, seja pelos interlocutores – e termos êmicos coloquiais. De todo modo, reempregarei as aspas quando julgar importante.

Por exemplo, tomemos o caso do termo *defensor de animais*, que é uma das maneiras pelas quais os ativistas se nominam. A ausência de aspas quanto a esse termo, desde sua segunda menção em diante, não significará então que estou naturalizando acriticamente sua identidade. Pois nem toda a opinião pública concorda que estejam efetivamente defendendo os animais.

Na mesma linha, as notas de rodapé que constituem a referência sobre as falas de interlocutores (incluindo data da conversa; se se trata de anotação ou transcrição; etc.) mormente só serão colocadas na primeira aparição, no texto, de cada indivíduo falante.

Outras palavras que também devo comentar brevemente, já de início, são (*seres humanos e animais*). Como veremos mais detidamente, à frente, parte dos defensores é contra continuarmos a falar desses termos como se fossem totalmente separados um do outro. Argumentam que os humanos são uma subcategoria dos animais, e portanto o certo seria distinguir entre *animais humanos* e *animais não-humanos*. Outra opção que acham válida seria usarmos as formas contraídas destes dois termos, e nesse caso falaríamos *humanos* e *não-humanos*. Assim, para estar de acordo com os interlocutores eu deveria empregar ao longo de todo o texto tais vocábulos.

Por outro lado, sabemos que os linguistas lusófonos recomendam-nos evitar a repetição infundável das palavras; e, portanto, servir-nos de sinônimos tanto quanto possível. Como então contornar essas duas recomendações – a deste parágrafo e a do anterior – aparentemente opostas?

Antes de prosseguir, devo dizer que não sou o primeiro a dedicar atenção a essa questão terminológica sobre a palavra animal. O filósofo Peter Singer, bastante conhecido pelos militantes mencionados em minha pesquisa, dedica algumas das páginas iniciais de seu *Libertação Animal* (1989) para tratar dela. E, por fim, não sem ressaltar que tem consciência da validade do questionamento feito pelos ativistas, ele opta por usar os termos consagrados pelo senso comum. Ou seja, utilizar, quando lhe convier, o verbete *animal* como sinônimo de *animal não-humano*, e esses dois em distinção a *humanos*. No mesmo sentido, nas comunicações orais os próprios interlocutores com os quais lidei contrastam *humanos* e *animais*. Assim, procederei textualmente nessa mesma linha.

Seguindo a mesma lógica, tratarei *defensores* como sinônimo de *ativistas*, *militantes*, *simpatizantes de animais*, *animalistas*, etc. Note-se que ao usar esta última palavra – *animalistas* – com sua inicial em minúscula, estou tratando de quaisquer defensores. Já ao

empregá-la iniciando com maiúscula – Animalistas – estarei me referindo exclusivamente aos membros do grupo Animalistas de Goiânia.

Em iguais moldes, chamarei os vegetarianos também por um de seus nomes populares entre seus adeptos: vegs (pronuncia-se végs).

Todavia, explicitarei as diferenças entre termos nos momentos nos quais os pesquisados considerarem importante distingui-los. Por exemplo, um destes momentos ocorre, como apreciaremos mais abaixo (no subtítulo TERMOS IMPORTANTES, do Segundo Capítulo), quando essas pessoas veem o contraste entre *protetor de animais* e *defensor dos direitos animais* como significativo.

* * *

Outro elemento do estilo de escrita diz respeito aos mecanismos gráficos usados para distinguir com clareza o discurso dos interlocutores do do pesquisador. Nesse sentido, os parágrafos ou frases em *itálico* referir-se-ão a falas de interlocutores, mas *não são transcrições literais* de seus pronunciamentos. Tratam-se de escritos por mim elaborados, que procuram representar textualmente do modo mais “fiel” possível as falas dos pesquisados. Tais descrições advêm de anotações que fiz em caderno de campo, ou de minhas próprias lembranças que não foram registradas. Vejamos um exemplo desse mecanismo gráfico, no parágrafo abaixo:

Ainda sobre o veganismo, comenta Ricardo⁵: *essa é a forma mais natural de alimentação. Digo, todas as formas de veganismo, que inclui o frugivorismo [dieta constituída por frutas], o crudivorismo [consumo de alimentos crus], etc.*

Como visto, nos trechos em itálico emprego a primeira pessoa do singular. Este modo de exposição foi preferido em parte das vezes, em comparação ao discurso indireto (em terceira pessoa), pois avalio que transmite melhor o tom e o sentido do enunciado emitido pelo interlocutor. Também permite que o texto reproduza categorias êmicas e termos coloquiais sem passar por aquele incômodo de sempre colocá-los entre aspas. Contudo, em outra parte dos casos, continuo me valendo do discurso indireto.

⁵ Ricardo é membro do Animalistas há alguns anos, e vegano também há vários outonos. Cursa Geografia na UFG, e tem cerca de 23 anos.

Mais à frente falarei sobre outra técnica acionada para diferenciar as falas – entre interlocutores, de um lado, e investigador, de outro. Este mecanismo referir-se-á a construções textuais em autoria plural.

Tratemos agora do modo como aparecem os nomes dos pesquisados. Na primeira vez na qual citar cada um dos informantes, colocarei uma breve caracterização dele. E, para facilitar ao leitor a referência ao longo do resto do volume, em apêndice ofereço uma Lista de nomes e caracterizações dos interlocutores.

A maioria dos que foram consultados preferiram que eu empregasse nomes modificados, a não ser Fabíola Ribeiro Duarte, a principal coautora de partes da dissertação.

Ela é um dos membros fundadores do Animalistas, e vegetariana há cerca de sete anos. Foi vegana por cerca de seis desses anos; e até o ano passado. Conta 24 aniversários, estuda Ciências Sociais na UFG e há alguns meses é servidora pública.

Fabíola alegou ter interesse acadêmico na publicação de seu nome verdadeiro, para que pudesse registrar este trabalho em seu currículo.

Quanto aos grupos, os militantes escolheram a publicação de suas denominações reais. Também em geral optaram por não serem expostos com exatidão outros dados pessoais de cada ativista – tais como idade, bairro de residência e renda. Assim, quando for possível aludirei de modo aproximado a alguns desses indicadores socioeconômicos.

Após todas essas considerações sobre o estilo de escrita, vamos agora lidar com a questão: *como representar as ideias dos interlocutores?*

1.2 DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO

Começemos a falar da representação, tendo como instigador inicial alguns questionamentos feitos por uma das integrantes do Animalistas:

Por que motivo o animal humano acha correto usar e matar animais não-humanos? O motivo pelo qual não podemos matar ou ferir um humano é porque ele pode sentir. E você estará ferindo seu direito de não lhe ser causada dor desnecessária. E por que podemos infligir dor desnecessária aos não-humanos? Por que podemos ferir seu direito de não sofrer? O que torna o humano tão especial? (informação verbal)⁶.

⁶ Transcrição da fala de Fabíola Duarte durante diálogo em 23/02/2011.

Dado nosso intento de compreender e dialogar com as ideias e praticas dos defensores, um dos problemas aos quais podemos nos dedicar é, tal qual já aludido resumidamente: *Como representar textualmente esses e outros questionamentos, ideias e propostas dos defensores da abolição da “escravidão” animal?*

A proposta tentada aqui será, como veremos, a elaboração do texto em autoria plural. Para exprimir esta elaboraremos uma apresentação gráfica do texto que permita diferenciar as falas e escritos do pesquisador, por um lado, e dos interlocutores, por outro.

Uma das motivações para essa proposta é procurar contornar um problema que pode ser exposto tal como faz Carvalho (2002). Para ele,

na tradução da língua oral, popular ou nativa, para a escrita acadêmica, o ‘informante’ traduzido (um sujeito quase objeto) na maioria das vezes tem estado inteiramente indefeso e desprotegido diante do tradutor. (2002, p. 3, parênteses do autor).

Neste artigo, o autor se propõe “[...] a discutir, de um modo sintético e programático, a inscrição cultural que chamamos de etnografia [...]” (p. 2). Carvalho, a seguir, baseia-se em Spivak, que conforme ele

ampliou ainda mais seu modelo analítico no seu último livro, *Crítica da Razão Pós-Colonial*, onde discute as características, hoje, de quem é o informante nativo da Antropologia e dos projetos transnacionais de intervenção controlados pelos países poderosos econômica e militarmente. Seu ensaio visa demonstrar que esse nativo atualmente imolado nos quatro cantos do mundo é, em primeiro lugar e mais que qualquer outro, a mulher pobre trabalhadora. Nessa mulher, habitante do Terceiro Mundo e migrante, muitas vezes trabalhando ilegalmente no Primeiro Mundo, a condição global de subalternidade encontra seu emblema. (CARVALHO, 2002, p. 2).

O referido imbróglio – esse estado do interlocutor, avaliado como desprotegido – parece se constituir então como um dos pontos questionados pelas correntes de pensamento (inclusive, mas não somente, antropológico) chamadas de pós-moderna, pós-colonial e de estudos de subalternidade.

Algumas das tentativas, em uso por parte dos antropólogos nas últimas décadas, para *amenizar* tal problema (ou seja, sem a ilusão de resolvê-lo) são a *autoria plural* e a *restituição etnológica*. E um dos tipos dessa autoria múltipla é o “*modo dialógico*” (CLIFFORD, 1998, p. 45-6, grifo nosso) de construção do texto. No tópico abaixo e nos seguintes abordaremos todas elas.

1.3 AUTORIA PLURAL

Como comenta Clifford, uma das intenções de quem a usa é a seguinte:

Se alocadas num espaço textual autônomo e transcritas de forma suficientemente extensas, as declarações nativas fazem sentido em termos diferentes daqueles em que o etnógrafo as tenha organizado. A etnografia é invadida pela heteroglossia.

Esta possibilidade sugere uma estratégia textual alternativa, uma utopia da autoria plural que atribui aos colaboradores não apenas o *status* de enunciadores independentes, mas de escritores. (1998, p. 54-5, grifo do autor).

Price é um de seus entusiastas, como comenta em Price (2004). Nesta transcrição de sua palestra, ele arrola os livros nos quais investiu na coautoria, como em

[...] *First-Time* (Price, 1983) [que] estava extremamente preocupado em representar ‘verdades parciais’ e apresentar narrativas alternativas e múltiplas vozes históricas [...]. E *Alabi's World* (Price, 1990), embora mais linear do que o anterior, usou quatro estilos tipográficos diferentes para enfatizar o inevitável perspectivismo das minhas várias fontes históricas. (PRICE, 2004, p. 299, grifo do autor).

Assim, em minhas palavras, uma das motivações para essa técnica seria a busca por reduzir a desigualdade de poder entre o antropólogo e o grupo pesquisado, na consecução do texto etnográfico. A busca por, no processo de estudo, procurar sair da relação de objetividade (na qual o pesquisador é o sujeito-ativo-cognoscente, e o grupo o objeto-passivo-cognoscido) para a de intersubjetividade (onde se almeja maior igualdade e interatividade no diálogo).

Todavia, como reconhece Geertz, lembrando Langer (1942),

certas idéias surgem com tremendo ímpeto no panorama intelectual. [...] Entretanto, [...] após ela[s] se tornar[em] parte do nosso suprimento geral de conceitos teóricos, nossas expectativas são levadas a um maior equilíbrio quanto às suas reais utilizações [...] (GEERTZ, 2008, p. 3).

A autoria plural também pode ser vista como uma dessas ideias. Vejamos então algumas críticas a ela. As mencionaremos apenas de passagem, já que nosso objetivo principal é etnográfico, e não uma profunda discussão teórico-metodológica sobre tal recurso.

Clifford pontua duas limitações:

Primeiro, os poucos experimentos recentes de trabalhos de múltiplos autores parecem requerer, como uma força instigadora, o interesse de pesquisa de um etnógrafo que no fim assume uma posição executiva, editorial. [...] Segundo, a própria idéia de autoria plural desafia a profunda identificação ocidental de qualquer organização de texto com a intenção de um único autor. (1998, p. 55).

A despeito disso, reconhece como importantes (p. 55-7) alguns experimentos nessa tendência, como Bulmer e Majnep (1977) e Bahr *et al* (1974).

Tendo em vista esses prós e contras sobre a autoria plural, como encaminhar o estudo? Spivak (2010) pode ajudar, aqui. De acordo com ela, podemos pôr certas noções *sob*

rasura, ou seja, criticá-las e apontar suas limitações. Se ainda assim percebermos que elas se mostram relevantes para nossas interpretações, é possível continuar a usá-las. Referindo-se à economia, por exemplo, a autora propõe: “[...] uma possibilidade de prática para o intelectual seria pôr a economia ‘sob rasura’, para perceber como o fator econômico é tão irredutível quanto reinscrito no texto social [...]” (2010, p. 46-7).

A citação que fiz de Lévi-Strauss (1980, p. 107) na seção SOBRE O ESTILO DE ESCRITA, sobre as necessidades do diálogo permitirem certas concessões, também vai na mesma direção. De modo análogo, aceitei o desafio de tentar essas técnicas contemporâneas sobre coautoria e restituição. Não é simples empreendê-las, mas eu estava decidindo arriscar e, como diz uma expressão popular, ir “ver o que as cobras comem”.

Antes de continuar narrando a odisseia do campo, devo registrar que a inspiração para usar essas expressões populares relativas a animais, como a do parágrafo anterior, veio ao ler Miranda (2004). Trata-se de um simples livro de autoajuda escrito por um treinador de animais.

Retornando à construção do trabalho de campo, em 20 de fevereiro de 2011, durante uma reunião do Animalistas – que à época chamava-se Comunidade Vegetariana de Goiânia – perguntei-lhes se poderiam indicar-me alguém para estabelecermos conversas. Estas seriam usadas para o trabalho de uma disciplina, e posteriormente originariam este capítulo e o próximo. Os integrantes do grupo indicaram-me então Fabíola.

Em um encontro posterior, marcado exclusivamente com ela para a feitura do diálogo, iniciei esclarecendo que tinha mais interesse pelas técnicas de escrita antropológica supracitadas do que pelas clássicas, além de não me incomodar em usar ambas simultaneamente. De todo modo expliquei, do modo menos tendencioso que pude, tanto os alcances quanto os limites de todas, e perguntei-lhe o que achava. Ela se interessou mais por essas contemporâneas.

Os diálogos foram então travados nos dias 23 e 25 do mesmo mês. O primeiro foi registrado em gravador. O segundo, bem mais curto e apenas para complementar o anterior, devido a limitações de tempo para posterior transcrição, o foi apenas em caderno de campo. Posteriormente, elaborei o esboço do trabalho; ela leu, fez modificações e colocou citações.

Após a primeira correção pelo Professor da disciplina, Dr. Roberto Lima, fiz um segundo esboço. Depois, Fabíola empreendeu nova edição. Nas duas vezes, alterou apenas as transcrições e anotações de suas próprias falas, apesar de eu ter lhe aberto a possibilidade para comentar e sugerir mudanças no resto do texto. Perguntada sobre se eu poderia colocar sua foto no trabalho, preferiu que não.

Um bom tempo depois, após a sessão de Qualificação, do Mestrado, fiz uma conversa adicional. Ocorreu em 22 de fevereiro de 2012, com Juliana. Ela era vegetariana e integrante do grupo desde 2009. Tinha 20 anos e cursava Engenharia Ambiental na UFG. Residia em um setor por ela considerado afastado, e de classe média baixa.

A principal intenção de convidá-la foi a de – de acordo com sugestão feita pela banca de Qualificação – oferecer um relato de alguém que não cursasse Ciências Sociais (como foi meu caso, e é o de Fabíola), para permitir um melhor distanciamento quanto ao pesquisador.

A respeito dessas tentativas de elaborar o trabalho em coautoria, registremos que um dos modos de concretizá-la proposto nas últimas décadas foi o uso de fontes gráficas diferentes. Isto é, uma fonte para o pesquisador, outra (ou várias) para os nativos. Vejamos então os condicionantes dessa técnica mais de perto.

1.4 TIPOS DE LETRA DIFERENTES

Clifford menciona que Bulmer e Majnep (1977) os usam para distinguir “[...] as contribuições justapostas do etnógrafo e dos nativos da Nova Guiné, resultado da colaboração de mais de uma década.” (CLIFFORD, 1998, p. 55). Price, como dito bem acima, também as emprega, e convida o leitor a mergulhar no universo narrado. Ele usa quatro fontes diferentes, uma para cada segmento social estudado:

[...] os depoimentos dos saramakas aparecem em itálico e [...] têm a margem direita irregular, para enfatizar seu caráter oral. O leitor que deseja compreender totalmente esse experimento é encorajado a imaginar as passagens [em letras] góticas com o sotaque de um morávio alemão da classe trabalhadora do século XVIII, as passagens em negrito com o sotaque holandês de um governador colonial emperucado ou de seus administradores-soldados e aquelas em itálico nas cadências discursivas dos honrados anciãos saramakas [...] (PRICE, 2004, p. 304).

No mesmo espírito, escolhi uma fonte cujo desenho também enfatiza o caráter informal das situações nas quais foram gravados ou anotados os depoimentos dos interlocutores. Assim, as falas, escritos, citações e também *colchetes* de Fabíola e Juliana serão expressas em fonte **Comic Sans MS**, enquanto as do investigador continuam em Times New Roman. A primeira apresenta tamanho natural ligeiramente maior que a segunda, facilitando a diferenciação visual entre elas.

Uma contribuição específica do emprego de famílias tipográficas diferentes – aliado à restituição etnológica, que será abordada adiante – é que oferece viabilidade textual para os

interlocutores fazerem citações de seus próprios referenciais teóricos, colocarem notas de rodapé, enfatizarem trechos através de efeitos como o itálico, etc.

Assim, baseando-nos em Clifford (1998) e Strathern (2006), dentre outros, para os trechos desse estudo elaborados em coautoria, procuraremos apresentar um diálogo que se consubstanciará no entrelaçamento entre duas entidades, as quais podemos chamar de *sistemas*. Inspiro-me aqui em Strathern (2006, p. 34), quando ela propõe interagir *antropologia e feminismo*.

Em nosso caso, os sistemas são a *antropologia* e o *abolicionismo animal*. A primeira será apresentada através de algumas obras, das últimas décadas, de antropólogos e outros profissionais que com eles debatem. O segundo, a partir dos teóricos do movimento de defensores de animais. Inserirei no texto os autores relacionados à antropologia; e Fabíola, os relativos aos defensores. Juliana, por seu turno, não citou nenhum teórico.

Neste momento, um esclarecimento se faz necessário. Como mostrei na seção SOBRE O ESTILO DE ESCRITA, coloquei em itálico, e mantendo a fonte Times, as *anotações* que fiz sobre falas de informantes. Todavia, *a diferença* entre tais trechos e os em Comic é que estes são os únicos que foram *revisados* pelos interlocutores antes da apresentação do texto final.

Pontuada essa distinção, apreciemos a técnica das letras diferentes em operação, a partir do item abaixo.

Breve apresentação da colaboradora principal

Começemos por uma resumida autodescrição de Fabíola (feita em 2011, quando era vegana; hoje, como dito, é vegetariana): *Tenho 23 anos e sou: ativista vegana (há cinco anos e meio); membro da Comunidade Vegetariana de Goiânia; faço parte do movimento de direitos animais (ou movimento abolicionista animal); sou jovem; de cor parda; gênero feminino; pobre; artesã; estudante de graduação em ciências sociais na UFG; brasileira; moradora de um bairro da periferia da região leste de Goiânia; heterossexual; e socialista.*

O nome da questão à qual a militante se dedica é denominada de direitos animais, ou então (se bem que com uso menos frequente) abolicionismo animal. A questão é chamada de causa, e é protagonizada pelo movimento (de direitos animais). As palavras usadas pela

colaboradora para se autoidentificar são, de acordo com a frequência de uso: em 1º lugar, vegana; em 2º, ativista; e em 3º, abolicionista animal.

Contudo, a identificação é contextual. Ao conversar com pessoas que não conhecem bem a questão, usa a identidade de protetora de animais e de vegetariana. Já para familiarizados no tema, se chama de ativista vegana e, mais raramente, de abolicionista.

O grupo de pessoas às quais esta ativista e seu movimento se opõem são denominados de exploradores de animais, locução que inclui tanto quem trabalha utilizando animais quanto os consumidores de produtos e serviços que os usam.

Após essa menção ao perfil da principal coautora, é possível tentar aprofundar a noção de autoria múltipla e de participação direta dos pesquisados na definição dos rumos da pesquisa. Nesse sentido, sondemos um subtipo de autoria plural; um dos modos de buscar mais interatividade no campo e na construção textual.

1.5 MODO DIALÓGICO DE AUTORIA PLURAL

Conforme Clifford, “uma série de recentes trabalhos tem escolhido apresentar os processos discursivos da etnografia sob a forma de um diálogo entre dois indivíduos.” (1998, p. 45). Ele cita, dentre outros casos, *Nisa: the life and words of a !kung woman*, de Marjorie Shostak (1981).

Esta “[...] estava insatisfeita com a falta de profundidade de suas entrevistas [...]” (CLIFFORD, 1998, p. 72) e então se deteve eminentemente em uma única interlocutora. Assim, um dos tipos de autoria plural consubstancia-se em concentrar os esforços etnográficos em diálogos – junto a um ou apenas alguns interlocutores.

Aqui, ao longo das páginas dialogarei mais longamente com Fabíola; depois, oferecerei outro ponto de vista, a partir de Juliana.

O próprio Clifford ressalva que esse método dialógico também tem suas limitações. Uma delas seria a “frequente tendência, nas ficções de diálogo, a apresentar o interlocutor do etnógrafo como o representante, ou a representante, de sua cultura [...]. Tal retrato restabelece a autoridade interpretativa fundada na sinédoque [...]” (1998, p. 46).

Esse problema da sinédoque também é abordado, por exemplo, no ensaio crítico de Ahmed (1976) sobre as análises de Barth (1959 e outras) a respeito da sociedade *Swat* (*Pathan*). Segundo Ahmed, Barth tomou a etnografia de um grupo (os *Khan*) – cuja posição social é mais ou menos análoga a uma “elite” (AHMED, 1976, p. 131) local – como se fosse a da sociedade Pathan inteira: “[...] A análise de Barth da sociedade Swat foi sinédóquica em

sua natureza, isto é, ela viu o mundo através dos olhos dos Khan e essa visão foi tomada como representativa do que é percebido pela sociedade Swat como um todo.” (AHMED, 1976, p. 130, tradução nossa⁷). Essa supervalorização dos Khan teria ocorrido, dentre outros fatores, ao custo da minimização da importância dos camponeses.

Procurando levar em conta essas advertências, em primeiro lugar procurei evitar tomar desavisadamente a fala de minhas colaboradoras como se fossem representantes de todo o grupo ou do movimento abolicionista.

Em segundo lugar, percebe-se que por exemplo quanto à classe social, gênero e região de moradia, Fabíola e Juliana se autoidentificam em geral com boa parte dos segmentos (internos a tais categorias sociais) costumeiramente considerados oprimidos nas relações de poder. Isto é, o Animalistas me sugeriu dialogar com interlocutoras cujas condições socioeconômicas são bem diferentes das que conformaram a sinédoque empreendida a partir de informantes elitizados (tal como Ahmed critica em Barth).

Em relação a esses aspectos sociais, indaguei Fabíola sobre como aquelas identidades expressas em sua autodescrição se articulam com o veganismo e o abolicionismo. Ela respondeu o que se segue nos próximos parágrafos.

Para ela, quanto à classe, **muita gente acha que veganismo é coisa só de pessoas de alta renda. Mas não é. Eu sou um exemplo de uma pessoa pobre e vegana.**

Floriano, um ex-membro do Animalistas, complementa o raciocínio acima. Ele é vegetariano, mestrando em biologia na UFG, e conta por volta de 24 anos. Compareceu à minha exposição oral no II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. O trabalho (ALMEIDA, 2011) ali apresentado é o que originou o Capítulo Quatro. Após a exposição, uma das professoras debatedoras perguntou-me algo como: *esse pessoal* [os vegetarianos e defensores] *não é, então, meio que uma elite, não?*

Floriano respondeu: *não, a comida vegetariana e vegana muitas vezes é mais barata, por não usar carne. Só se a pessoa quiser incrementar o prato, colocando champignons e outras coisas, é que fica caro.*

Aquele questionamento feito pela debatedora não é raro. Podemos relacioná-lo, por exemplo, à visão de Chatterjee (2004) sobre o que se costuma chamar de *sociedade civil organizada*. Neste artigo, o autor se propõe a tratar do tema, bastante geral, da “[...] política

⁷ Do original: “[...] Barth’s analysis of Swat society was ‘synecdochic’ in nature i.e. it saw the world through the eyes of the Khan and that view was taken as representative of what is apperceived by Swat society as a whole.” (AHMED, 1976, p. 130).

na maior parte do mundo.” (p. 69). Isto é, segundo ele, a “política popular”. O momento de seu texto que importa aqui captar é o no qual Chatterjee faz a seguinte proposição. Para ele, diferentemente da noção (não-crítica) sobre sociedade civil à qual estaríamos familiarizados, este conceito seria melhor apreendido se fosse visto (mais sociologicamente) como “[...] uma associação fechada de grupos de elite modernos, separada da mais ampla vida popular das comunidades, encastelada em enclaves de liberdade cívica e lei racional.” (p. 70). Assim, os grupos defensores de não-humanos, aqui estudados, poderiam ser provocados com este questionamento sobre se não seriam também parte da elite.

Por outro ângulo também se pode fazer uma crítica parecida, a respeito da interação entre classe e defesa de animais. Para isso, podemos acionar um comentário de Thomas (1988). Neste livro, ele trata da emergência de uma sensibilidade à natureza, na Inglaterra, desde o período quinhentista até o setecentista. E, no capítulo A COMPAIXÃO PELAS CRIATURAS BRUTAS, informa que:

Os historiadores recentes que vêem o movimento antiescravidão de fins do século XVIII e de começo do século XIX como um meio de desviar as energias radicais das misérias da classe trabalhadora inglesa poderiam dizer o mesmo quanto à campanha contra a crueldade com os animais. [...] Isso permitiu dizer com certa frieza que o movimento pelo bem-estar dos animais, tal como a campanha antiescravista, ajudou a “conferir legitimidade a uma emergente classe dominante britânica, ao incorporar a ‘benevolência’ à sua ideologia, ao mesmo tempo em que cuidadosamente limitava o âmbito de tal benevolência, para impedir que ameaçasse a hegemonia de classe.” (THOMAS, 1988, p. 223).

Todavia, no caso do Animalistas, a atuação quanto a animais não parece ocorrer como modo de se desviar das questões de desigualdade de classe. Boa parte de seus membros é simpatizante de posições políticas de esquerda, e participa de alguns atos. Alguns foram, por exemplo, em uma manifestação em 2011 contra o aumento das passagens de ônibus, que as empresas de transporte coletivo goianienses procuravam empreender.

Neste manifesto, participaram Cássio, Hugo e Fabíola. Os dois eram veganos naquele período, anarquistas, e chegaram a participar de algumas reuniões de vegetarianos ativistas (nas quais os Animalistas marcaram presença). Porém, Cássio e Hugo não se tornaram membros deste agrupamento, e conformavam, junto a alguns outros libertários, um grupo informal que chegou a se denominar de Anarco-Vegans-Goiânia.

Mas retornemos aos fatores relativos ao Animalistas que aparentam não enquadrá-lo na elite. Como veremos no Capítulo Dois, no subtítulo O GRUPO ANIMALISTAS DE GOIÂNIA, cerca de metade desta organização é composta por pessoas que se autodenominam como pobres; e a outra parcela, como de classe média.

De toda maneira, é certo que um grande dispêndio de energias especificamente na luta de classes organizada (através de sindicatos, partidos e congêneres) geralmente não está presente no cotidiano dos simpatizantes de animais que conheci.

Voltando às respostas de Fabíola, quanto à questão de gênero ela prossegue: **no veganismo em geral não vejo preponderância de nenhum gênero. Mas a maioria das lideranças é masculina.**

Posso detalhar as afirmações acima, com base no que me lembro daquele diálogo. Assim, para Fabíola: *do que conheço do movimento de defesa de animais aqui em Goiânia e no Brasil, acho que é assim: Nos grupos de protetores [de cachorros e gatos] a grande maioria dos membros é de mulheres. Mas nos grupos de vegetarianismo, veganismo e abolicionismo é mais ou menos equilibrado, entre mulheres e homens, o tanto de membros. Mas quando falamos das lideranças, e não dos membros, nos protetores acho que tem certo tanto de homens; e nos vegetarianos e abolicionistas acho que a maioria dos líderes são homens* (grifo da autora [Fabíola]).

Vemos então que a militante considera ocorrerem tendências de gênero, quanto às diferenciações de papéis sociopolíticos, nestes movimentos. Antes de comentá-las, devo registrar que discutir a inter-relação entre defesa de animais e gênero é empresa fértil para um sem-número de dissertações e teses. Contudo, como este rumo não foi o sobre o qual me debrucei, limitar-me-ei a alguns parágrafos. Desse modo resumido, tratarei então palavras tais quais *mulher* e *gênero feminino* – ou *sexo* e *gênero* –, como sinônimos, mesmo tendo alguma noção de que nos debates especializados parte dos autores questiona tais equivalências.

Tornquist (2007), também ativista, faz uma análise algo próxima aos comentários de Fabíola. Tornquist, ao elaborar esse capítulo de livro, tomou como sujeitos de estudo o próprio grupo do qual participava, um dos integrantes do movimento pelo parto humanizado no Brasil.

Ela menciona, por exemplo, que quando seu grupo fez uma campanha,

[...] após panfletar até a exaustão num *Oito de Março* extremamente quente no centro da saúde [sic], junto com a maioria das mulheres do Grupo, encontrei os companheiros médicos [que não compareceram à atividade] sentados em torno de fumegantes cafezinhos, em um shopping bem climatizado, ao lado da Universidade, algumas horas depois da atividade do Grupo. (2007, p. 62, grifo da autora).

De acordo com ela esses médicos, porém, se prontificavam para reuniões com autoridades e entrevistas para a imprensa. Nesses termos, admite que “entre os conflitos

persistentes [entre ela e o grupo pesquisado], estava minha dificuldade em aderir sem críticas à divisão sexual do trabalho que [nele] se instalara [...]" (p. 62).

Assim, cotejando as visões de Fabíola e Tornquist, parece que no caso dos grupos aqui investigados também se delineia certa divisão sexual do trabalho. Interpretações críticas como essa, ao próprio grupo político do qual se faz (ou fazia) parte, se consubstanciam como uma das maneiras de elaborar um dos importantes processos quando se investiga um grupo familiar: o processo de distanciamento. No caso da presente pesquisa, a coautoria permite a mim e às colaboradoras tal processo de estranhamento da causa. Adiante, discorrerei mais sobre Tornquist e o distanciamento, no subitem ESTRANHANDO O FAMILIAR do tópico PROXIMIDADE, DISTANCIAMENTO E ENVOLVIMENTO.

Voltando então à questão de gênero do caso aqui pesquisado, falarei brevemente minhas iniciais suposições.

O aparente fato de a grande maioria da base do movimento de protetores ser composta por mulheres pode se relacionar a que nossa cultura historicamente estimula é ao gênero feminino o desenvolvimento do que chamamos de emotividade, sensibilidade e compaixão. Daí, ao encontrarem na rua ou ficarem sabendo de animais de estimação que estejam “abandonados”, ou “maltratados” por suas donas, costumam tomar mais iniciativas (em comparação aos homens) quanto a esse problema.

Outro fator conexo seria outro tradicional papel atribuído às mulheres. Qual seja, o de *cuidadoras* de crianças, da casa e de tudo que se refira a este local social. Desse modo, mulheres (socialmente já educadas para assistir a bebês e crianças), vendo que *‘quase ninguém se importa, e quase ninguém faz nada pelos animais que sofrem’* (coisa comum que ouço), dariam mais importância a esses cães e gatos. Teriam assim mais coragem e menos vergonha, que os homens, para “pôr a mão na massa”. E assim “adotar” caninos e felinos “em situação de risco” nas ruas, tratar suas feridas e etc.

Por outro lado, contrastivamente aos protetores, os abolicionistas e vegs costumam ser mais inclinados a defender que os humanos façam o seguinte. Parar de consumir e manter animais sob seu controle; esterilizar todos os domésticos (cães, bovinos, etc.) até que se extingam; e deixar os selvagens livres em seus ambientes naturais.

Ou seja, a relação que procuram ter com os animais é a de se distanciar deles, “deixá-los em paz” em seus *habitat*, em vez de trazê-los para perto. Assim, suas ações tendem a ser mais de ordem política, no sentido de convencer e cobrar dos humanos que parem de dominar não-humanos. Focam-se, por exemplo, em palestras, defesas de projetos de lei, etc. Não que

não adotem animais de companhia; o caso é que sublinham que as adoções são importantes, mas não resolvem a maioria dos problemas dos vários tipos de exploração de animais.

Seguindo esse raciocínio, a tradição e cultura locais – ao que quase tudo indica – estimulam é aos homens a atuação na esfera política pública.⁸ Tal tradição talvez contribua para que, face aos protetores, entre os vegs e abolicionistas haja uma maior proporção de indivíduos do gênero masculino.

Tratei até agora dos ativistas de base. Quanto aos líderes, tanto para protetores quanto para abolicionistas creio caberem as mesmas considerações feitas no parágrafo anterior, sobre a aparente preponderância masculina.

Contudo, certas facetas do caso goianiense se mostram arredias a esses esquematismos que Fabíola e eu supusemos. Ou seja, soubemos que Fabíola diz que as bases dos grupos vegs têm algum equilíbrio numérico quanto ao gênero. Porém, no próprio Animalistas parece que isso não ocorre. Quase todos seus membros são mulheres. Quanto a lideranças, o agrupamento considera explicitamente não as possuir. De todo modo sempre me pareceu que os integrantes que costumam puxar a organização de atividades são todos ou quase todos do gênero feminino.

Após esses comentários sobre tendências de gênero, vamos regressar àquelas respostas de Fabíola sobre as interações entre suas identidades e o veganismo/abolição.

A militante continua a tecer considerações, agora sobre a faixa etária: **é um movimento crescente entre os jovens, eu acho. Eles são a maioria. Porque têm mais possibilidade de participar; muitos moram com os pais; não são casados; não**

⁸ Esse tipo de ideia, conectada à generalização costumeira que diz que na maioria das sociedades os homens são quem domina, já foi questionado.

Por exemplo, a Prof^a Mônica Pechincha, do PPGAS-UFG, informou-me em comunicação oral algo que lembro como sendo o seguinte: que essa avaliação – de que os homens geralmente dominam a política em quase todo o globo – é questionada por certos estudos de gênero. Afinal, ver os espaços políticos públicos e formais (que geralmente parecem mesmo ser compostos majoritariamente por homens) como mais importantes que os espaços *privados* (nos quais as mulheres têm considerável poder) seria apenas mais uma das reproduções da percepção naturalizada sobre a suposta superioridade masculina. Haveria, então, estudos de gênero que procuram desnaturalizar esse tipo de percepção.

Porém, por ora não tenho acesso aos referenciais bibliográficos relativos a tais estudos, para citá-los aqui.

Tendo em vista essas considerações, a frase do texto ao qual adicionei esta nota de rodapé procura então considerar o seguinte. Que parece ocorrer *uma maior proporção numérica* de homens nos espaços políticos públicos; em vez de considerar que ocorre *um maior domínio masculino em geral na vida social*.

têm filhos, etc. Até para a mudança no estilo de vida, o jovem tem mais disposição.

Sobre a cor: Não sei; teria que se fazer um estudo. A maioria parece ser de brancos. Mas eu consideraria pardos muitos que se dizem brancos. Quanto ao trabalho: procurei um mais autogestionário. Mas isso se relaciona a outras ideologias minhas. Mas que no fim se articulam com a libertação animal. Porque, por exemplo, existe a ideia de que somos escravos do sistema capitalista. Então, procurei uma ocupação que me desse tempo para estudar e militar.

Esta última fala se aproxima do que comentei a respeito da questão de classe, acima. Ou seja, de que entre os Animalistas há uma inclinação quanto às correntes políticas de esquerda. E o que Fabíola dirá no parágrafo abaixo, sobre residir na periferia e sobre a posição política, vai ao mesmo sentido. Contudo, Fabíola reconhecerá, como veremos, que boa parte dos vegetarianos aparentemente mora em regiões valorizadas.

Continuando suas falas, no tocante a morar na periferia, a coautora responde: *é porque sou pobre. Mas os vegetarianos em geral parecem estar nos bairros mais burgueses.*

Já sobre a sexualidade: *a maioria do movimento parece ser heterossexual, mas porque a maioria da população também é. Mas tem muitos gays e lésbicas no movimento.*

Sobre essa questão, a militante deu uma explicação adicional, que anotei e colocarei o trecho em itálico, pois não foi revisado por ela: *acho que tem muitos gays e lésbicas no movimento porque quem se interessa pelos direitos animais e pelo vegetarianismo é porque já tem a cabeça mais aberta, né. E os homossexuais, do mesmo jeito, já não aceitam tudo que a tradição impõe, então também podem ter mais abertura pra isso de pensar de outro jeito o modo de tratar os animais.*

E, quanto à posição política: *ser socialista se relaciona a, como disse, eu ser contra a escravidão, tanto a humana quanto a animal.*

Após termos dialogado resumidamente sobre as relações entre a causa e outros marcadores sociais da diferença, voltemos a um ponto aludido no início dessa seção. Qual seja, a questão da sinédoque etnográfica.

Vimos, no início desse tópico, críticas à sinédoque etnográfica. Entretanto, tendo como base a supramencionada proposta de Spivak – sobre colocar noções sob rasura mas continuar a usá-las –, optamos (eu e as colaboradoras) por não deixar de utilizar generalizações quando nos parecer necessário. Quanto a esses aspectos, Fabíola registra: **além de ser representante da Comunidade Vegetariana de Goiânia, me considero uma participante e representante do movimento abolicionista em geral.**

Aprofundando essa questão da *representação*, Spivak (2010, p. 31-43) distingue dois sentidos do termo: “[...] a representação como ‘falar por’, como ocorre na política, e representação como ‘re-presentação’, como aparece na arte ou na filosofia.” (p. 31).

Ou seja, no primeiro caso, de caráter político, ela se assemelha a uma “procuração” (p. 35) que um grupo dá a um indivíduo que atuará em nome dessa coletividade. No segundo, de caráter abstrato, ela é como um “retrato” (p. 35) de algo tido como concreto.

Assim, neste texto represento, no sentido de retrato, Fabíola e o movimento. Ela representa, no sentido de procuração, a Comunidade Vegetariana e o movimento. E ao expressar suas opiniões ela também representa para o leitor, como retrato, o movimento goianiense.

Porém, Spivak alerta que essas representações abstratas, feitas pelos intelectuais, não são fiéis ao que se poderia chamar de realidade. Nesse sentido, critica pensadores – tais quais Foucault (1977) – que não frisariam sua própria interferência nas representações elaboradas.

Spivak afirma que tais pesquisadores creem ser “transparentes” (p. 33). Ou seja, que não interfeririam na imagem dos subalternos que chega, através de seus escritos, aos olhos do leitor. Ela chama essa crença de “realismo representacionista” (p. 30). Tal tipo de crítica guarda conexões com o *realismo etnográfico* questionado por Clifford (1998, p. 58).

No mesmo sentido, como alerta Strathern,

A exegese antropológica precisa ser tomada pelo que ela é: um esforço para criar um mundo *paralelo* ao mundo observado, [e não uma representação pretensamente real deste] através de um meio expressivo (o texto escrito) que estabelece suas próprias condições de inteligibilidade. (2006, p. 47, grifo nosso).

No nosso processo de criação desse diálogo paralelo ao mundo observado, falei que os trechos em fonte **Comic** foram revisados pelas colaboradoras. E a ideia de permitir que os revisem surgiu a partir da leitura de referenciais que sugerem a importância da *restituição* das informações, produzidas pelo antropólogo, ao grupo pesquisado. Detalhemos então essa fundamentação sobre o retorno dos dados produzidos durante o encontro etnográfico.

1.6 RESTITUIÇÃO ETNOLÓGICA

Como explicam Eckert e Rocha,

A prática da etnografia traz para o campo do debate, hoje, as questões da restituição etnológica, isto é, o retorno ao grupo pesquisado das informações e dados que o etnógrafo deles retirou quando de sua estadia entre eles. Esta foi, sem dúvida, uma das grandes contribuições dos antropólogos americanos que reivindicam uma antropologia pós-moderna. (2008, p. 9).

Portanto, tendo acesso à seleção escrita que fiz de suas falas, ofereço aos ativistas a oportunidade de burilar tais excertos e modificá-los a seu gosto.

Afinal, como pesquisador, uso recursos para melhor fundamentar minhas interpretações e/ou críticas aos ativistas, como a citação de autores e a edição minuciosa de meu discurso antes de publicá-lo. Os segmentos considerados rivais pelo movimento também o fazem: possuem redes de TV, revistas e outros meios de divulgação e propaganda nos quais oferecem ao público as mensagens de seu interesse, devidamente revisadas antes da publicação.

No ambiente científico, e mesmo na área das publicações em geral, a exibição de, de um lado estes discursos (o científico e o dos utilizadores de animais) cuidadosamente elaborados; e de outro lado, através por exemplo, do que seria esta dissertação, caso só mostrasse trechos brutos de transcrições de falas de militantes animalistas em situações informais; poderia continuar se configurando uma situação na qual os ativistas aparecem para o público em desigualdade de condições de disputar a simpatia da população na batalha das ideias sobre como os animais devem ser tratados. Ou seja, nas disputas pela legitimidade na arena simbólica pública.

Todavia, além dos aspectos apontados nesses últimos itens sobre coautoria, como tive contato com as redes de relações sociais dos interlocutores, uma questão relevante a ser discutida é a das condições de alcançar “objetividade e distanciamento” quanto ao objeto de estudo. De modo a conseguir empreender uma interpretação não totalmente tendenciosa. Assim, passemos neste momento a tratar de tal desafio.

1.7 PROXIMIDADE, DISTANCIAMENTO E ENVOLVIMENTO

Como lembra Velho (1999), “uma das mais tradicionais premissas das ciências sociais é a necessidade de uma *distância* mínima que garanta ao investigador condições de *objetividade* em seu trabalho.” (1999, p. 123, grifo do autor).

Porém, ele considera que com o desenvolvimento desse campo do saber nas últimas décadas tornou-se possível relativizar e complexificar o modo de considerar tal premissa. Assim, “o que sempre *vemos e encontramos* pode ser familiar mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos e encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto, *conhecido*.” (p. 126, grifo do autor). Nesse sentido, o autor cita o exemplo das celebridades hollywoodianas, sobre as quais muitas pessoas no Brasil podem saber mais detalhes do que quanto a seus próprios vizinhos de bairro.

Além disso,

posso estar acostumado [...] com uma certa paisagem social onde a disposição dos atores me é familiar [...]. No entanto, isso não significa que eu compreenda a lógica de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. (1999, p. 128).

Para Velho, não é nova essa relativização. Como ele indica em um texto posterior, em antropologia estudar um grupo familiar é um procedimento de longa data: “Creio que este é um movimento muito forte e característico da produção antropológica brasileira [...] pelo menos desde meados dos anos 1960 [...]” (2003a, p. 15).

Já Rojo (2003) argumenta sobre a possibilidade – mas não a obrigatoriedade, frisa (p. 14) – de envolvimento com o campo ocorrerem, serem relatados e contribuírem para a pesquisa. Em seu caso, tratou neste artigo de um *envolvimento amoroso* que teve com uma das naturistas do clube de nudismo por ele estudado. Em minha pesquisa, destaca-se um tipo de envolvimento análogo: *o político*, com a defesa de animais.

Rojo considera que aquela situação, longe de atrapalhar, foi produtiva para sua etnografia. Permitindo-lhe que, mesmo sendo um homem solteiro – espécime comumente vista pelas famílias naturistas como análogo a um predador a ser evitado –, tivesse rápida aceitação e pudesse conversar fluentemente com as pessoas ali presentes. Além disso, desfrutou de constantes e profundos diálogos e da visão “diacrônica” de sua companheira. Afinal, Miriam – o nome modificado dela – era uma das poucas sócias de longa data do clube, oferecendo críticas e uma perspectiva histórica às interpretações de campo que Rojo lhe expunha oralmente (p. 17).

Levando em conta esses dois autores, quanto a meu caso posso considerar que a relativa proximidade que tenho quanto aos interlocutores inclui certas vantagens, como a facilidade de acesso às reuniões e manifestações. Ou a possibilidade de empreender o retorno etnológico das informações produzidas, e após isso registrar e considerar na análise os comentários dos militantes às versões do texto. Procurei usar esses elementos para favorecer a pesquisa, como no caso dos trechos elaborados em coautoria.

Contudo, a proximidade coloca desafios, como o esforço para não naturalizar nem deixar passar despercebidos aspectos aparentemente familiares. Ou seja, é necessário fazer um movimento de estranhamento desse universo familiar. Para isso, vamos arrematar este capítulo falando um pouco mais desse mecanismo – que, aliás, já tínhamos começado a usar.

Estranhar o familiar

Uma das maneiras de proceder ao distanciamento é, como faz Tornquist (2007), “colocar o movimento em perspectiva”. Trata-se de averiguar suas limitações; fazer seu “enquadramento sociológico”. Uma das ilustrações desse tipo de averiguação é a que citei acima, a respeito da divisão sexual do trabalho nos grupos de militância.

Como vimos e veremos por toda a dissertação, procuro exercitar esse tipo de crítica e enquadramento do movimento de defesa de animais. Tal exercício não ocorre sem dores e desconfortos. As dores afligem o pesquisador, pois ele acreditava, ao menos parcialmente, na coerência interna e na validade da causa. Mas esta é posta em causa, após o registro e reflexão teóricos. O desconforto é o de criticar um grupo que já é bastante criticado pelo público em geral, e se vê em desvantagem nas relações de poder com seus adversários.

Tornquist também se viu às voltas com esses problemas:

[...] Tratava-se de colocar em xeque crenças arraigadas, suportes de um modo de ver e de viver. Estranhar o familiar é um processo doloroso, pois sabemos que o descentramento do olhar traz mudanças irreversíveis à forma de ver, ou seja, o deslocamento que o processo de relativização permite e provoca é uma viagem, se bem-sucedida enquanto tal, da qual não se retorna, jamais, ao ponto de partida. (2007, p. 48).

Se a exposição dessas angústias, como feito ao longo desta seção, não resolve as dores do pesquisador, pelo menos as compartilha. Assim é que, com a poeira já abaixando, podemos avançar para o próximo capítulo.

No Capítulo Dois percorremos o percurso empreendido desde o início do interesse pela questão animal – abordando o caso do pesquisador e de uma ativista –, até um

mapeamento inicial do contexto político no qual o grupo especialmente estudado – o Animalistas – se coloca.

2 A “EXPLORAÇÃO DOS HUMANOS SOBRE OS ANIMAIS [... PARA] ALIMENTAÇÃO” – CONSTRUINDO A PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo discorrerá sobre o processo de construção da presente pesquisa. Iniciaremos mostrando como eu e uma das ativistas do principal grupo estudado passamos a nos interessar pelos direitos animais. Em seguida, saberemos do histórico do Animalistas e de alguns conceitos e debates relevantes para seus membros.

2.1 O SURGIMENTO DO INTERESSE PELOS DIREITOS ANIMAIS

E comecei a ler aquele texto [chamado *Por que Vegan?*, que circula na internet], e ele falava da exploração dos humanos sobre os animais. Aí falou da alimentação, como os animais são criados, granjas, como são mortos, pra que chegue na nossa mesa. [...] Na primeira frase, nas primeiras linhas, já fiquei aterrorizada e indignada e me dava um... [a interlocutora faz neste momento uma pausa na fala e uma expressão facial de nojo] ...ia me repugnando eu nunca ter tido essa visão assim, e eu comecei e não parava, eram várias páginas, não parava de ler, e olhava pra Mel [sua cadela de estimação] e chorava, um desespero tão grande, chorava, abraçava a Mel, continuava a ler o texto, não sabia o que fazer, queria morrer. Pensar que eu poderia ter vivido até ali, 17 anos que eu tinha, sem nenhum conhecimento de nada. Fiquei indignada. (informação verbal)⁹.

Acima, Fabíola conta como passou a se interessar pela questão. Na data dessa conversa gravada que tivemos, o atual Animalistas, do qual ela participava e participa, se chamava Comunidade Vegetariana de Goiânia.

Em meu caso, também houve acontecimentos que gradativamente – à diferença da mudança súbita acima relatada por ela – me fizeram passar a considerar de um modo diferente a maneira como os animais são tratados. Desde 2002, início de minha graduação em ciências sociais na Universidade de Brasília (UnB), conheci colegas adeptos do vegetarianismo e veganismo.

Ao conversarmos durante refeições sobre o consumo de carnes e outros produtos de origem animal, esses colegas – bem como certas reportagens e livros que me foram passados por eles e outras pessoas – questionavam a legitimidade da criação, confinamento e morte de animais que tivessem a finalidade de alimentar seres humanos.

Mas foi em 2006, quando assisti ao filme *Terráqueos* (2005), que passei a achar tal questão algo muito importante. Esse longa-metragem é amplamente conhecido pelos

⁹ Transcrição (literal) da fala gravada de Fabíola Duarte durante diálogo em 25/03/2011.

militantes goianienses, e especialmente pelos Animalistas. Foi assistido, por exemplo, por Ricardo. Ele nos dá uma descrição do conteúdo do vídeo:

Esse filme começa com uma comparação entre o racismo, o sexismo e o especismo¹⁰. Depois se divide em cinco partes, cinco capítulos, e em cada uma delas analisa uma forma na qual tratamos os animais como produto, como mercadoria. Essas partes são: pets (os animais de estimação), comida, roupas, entretenimento e ciência.

Um argumento falado na introdução é, pra mim, indiscutível: ‘se um ser sofre, não há razão para não levar esse sofrimento em consideração’. Então, o problema que esse filme fala é o do uso de animais como coisa, como produtos. (informação verbal)¹¹.

Uma amiga de Ricardo, Raquel, vegetariana e ativista independente – isto é, não membro de nenhum grupo –, contou-me que estava um dia conversando com ele sobre esse tipo de película: *O Ricardo falou que tinha visto esses três vídeos no mesmo dia: Terráqueos; A carne é fraca [(2004)]; e Não matarás [(2006)]. Já eu, só vi o Terráqueos e já fiquei chocada, chorei muito, foi muito forte. Ai perguntei pra ele como ele conseguiu sobreviver depois de ver os três no mesmo dia. Ele respondeu: ‘sobrevivi né..., mas sobrevivi vegano.’ (informação verbal, grifo da autora [Raquel])¹².*

Este relato aparenta estar de acordo com o apelido que o Terráqueos receberia, segundo sua sinopse oficial. No sítio de divulgação do mesmo, lê-se:

TERRÁQUEOS é um premiado documentário sobre o sofrimento de animais para alimentação, moda, estimação, entretenimento e pesquisa médica. [...] É apelidado de “o criador de Veganos” por suas sensibilizadoras tomadas de câmera em abrigos, lojas de animais de estimação, fábricas de filhotes, fazendas industriais, abatedouros, comércio de couro e peles, eventos esportivos, circos e laboratórios de pesquisa. (grifo do autor, tradução nossa¹³).

Assim, até agora vimos que textos e vídeos são alguns dos gatilhos que desencadearam nos defensores o interesse pela militância e pelo veganismo. As experiências narradas por Fabíola, Ricardo e Raquel referem-se a contatos, com o “sofrimento” animal, que posso chamar de *indiretos*. Ou seja, não viram diretamente os animais sendo mortos ou “torturados”. Mas, sim, visualizaram produções simbólicas humanas a respeito: escritos e

¹⁰ Conforme os ativistas, o especismo é o preconceito dos humanos contra as outras espécies. Fabíola o caracterizará melhor, abaixo.

¹¹ Anotação sobre a fala de Ricardo, durante conversa em 17/08/12.

¹² Anotação sobre a fala de Raquel, durante conversa em 27/07/12.

¹³ Do original: “EARTHLINGS is an award-winning documentary film about the suffering of animals for food, fashion, pets, entertainment and medical research. [...] Is nicknamed “the Vegan maker” for its sensitive footage shot at animal shelters, pet stores, puppy mills, factory farms, slaughterhouses, the leather and fur trades, sporting events, circuses and research labs.” Disponível em: <http://earthlings.com/?page_id=10>. Acesso em: 26 jul. 2012.

audiovisuais. Afinal, esses ativistas não têm contato cotidiano com animais “de corte” e outros. Costumeiramente só lidam com bichos “de estimação”.

Portanto, o contexto no qual despertaram suas sensibilidades, para com os não-humanos, aparenta se conectar a postulados de Thomas (1996) e Salvador (2001). Para estes, é nas sociedades urbanas, nas quais os indivíduos têm pouco ou nenhum contato habitual com o campo ou a natureza selvagem, que paradoxalmente se intensifica a sensibilidade com os animais e o meio ambiente.

Porém, nem sempre é em contextos de distância, quanto aos animais, que a sensibilização emerge. Por exemplo, antes de virar vegano, Ricardo já não comia frango e porco. Como me revelou, assim ocorria porque: *eu ia pra fazenda, aí vi matar um porco. Achei muito ruim, me senti muito mal com aquilo, o porco chora... Por dentro, seus órgãos são muito parecidos com os dos humanos...* [neste instante, o rapaz faz uma expressão de repugnância] *Aí parei de comer, desde criança. Mas galinha, matavam de um jeito muito rápido. Ela não é tão parecida com a gente né, é uma ave. Eu vi matarem várias e isso não me fazia parar de comer elas. Mas um dia eu mesmo fui matar. Aí não gostei. Aí parei de comer frango também.*

Portanto, o divisor de águas entre as dietas onívora e vegetariana pode ser justamente o presenciamento direto do abate. E não a exposição a um vídeo ou panfleto.

Voltando a falar brevemente de meu caso, de modo parecido ao dos três vegetarianos acima, foi após ver o *Terráqueos* que passei a ver os animais como mais um grupo de seres que seriam vítimas de violências e opressões. E esse foi o principal motivador para conhecer mais a temática da relação humano-animal. Continuemos então a falar sobre o que foi acontecendo após essa experiência marcante.

2.2 A INSERÇÃO EM CAMPO

Nessa época, terminando a graduação em Brasília, eu já residia novamente em Goiânia, ocorrendo ao Distrito Federal apenas a cada alguns meses para reuniões de orientação da monografia. Procurei então conhecer alguns grupos de defensores de animais na capital goiana.

O primeiro que conheci foi o Animalistas. Ele procurava fazer manifestações e atividades quanto a vários dos tipos de uso de animais, tais quais os categorizados no *Terráqueos*. Cumprimentei seus militantes pela primeira vez em um protesto em frente a um circo, onde reivindicavam que ele parasse de utilizar não-humanos.

Nos meses seguintes, a partir do Animalistas fiquei sabendo de alguns outros agrupamentos na mesma cidade. Todos focavam suas atuações na proteção e resgate de cães e gatos abandonados nas ruas. E, às vezes, em cavalos nas mesmas condições, ou que fossem “superexplorados” por carroceiros.

Assim, em minha avaliação da situação local naquela época, o único grupo goianiense cujas práticas referiam-se a todas as preocupações em mim instauradas com o Terráqueos mostrou ser o Animalistas. Foi, desse modo, o que passei a acompanhar mais frequentemente. Ofereçamos então sobre ele uma breve caracterização atual e um histórico.

2.3 O GRUPO ANIMALISTAS DE GOIÂNIA

Ele atualmente possui cerca de dez integrantes. A maioria está na faixa de 18 a 25 anos de idade, é do gênero feminino e estudante. Por volta de metade trabalha. Uma parte se considera pobre, e a outra, de classe média.

O coletivo existe há quase sete anos, tendo iniciado suas atividades em 2005. Comecei a conhecê-lo mais ou menos um ano após sua fundação. Conforme Fabíola, surgiram com o nome Sociedade Vegetariana de Goiás (SVG):

Quando virei vegetariana, [...] conheci uma comunidade no Orkut, de Vegetarianos de Goiás, que tinha quatro membros – a quarta era eu! [Marcamos] então de reunir, inicialmente só eu e a Renata, com o intuito de fazer algo mais do que ser vegetariana, do que ser vegana. [...] As primeiras reuniões, eu e a Renata nos reuníamos todo domingo no [Parque] Vaca Brava, no final de 2005, começo de 2006. (informação verbal)¹⁴.

Já que foi mencionado esse Parque, façamos uma pausa na descrição sobre a mudança de nomes do agrupamento, para fornecer ao leitor uma caracterização do local e do por que da escolha deste lugar para os encontros.

O Vaca Brava é um dos parques públicos de Goiânia, e seu nome advém do córrego em torno do qual foi construído um lago e a pista de caminhada que conformam o local. Está situado no Setor Bueno, bairro de considerável valorização imobiliária. À meia distância do Centro, o Bueno é uma das regiões de maior densidade demográfica, obtida com a intensa verticalização da ocupação residencial ocorrida nas últimas décadas.

E por que o Vaca – seu nome popular entre os jovens – teria sido escolhido para as reuniões? Uma das fundadoras do grupo, Renata, pode explicar. Ela é vegana há cerca de dez a 12 anos, e antes disso foi ovolactovegetariana por nove. Para ela:

¹⁴ Transcrição da fala de Fabíola, 23/01/11.

Começamos a reunir no Vaca Brava porque a Fabíola morava em um setor ali perto; eu também morava em outro setor próximo; e o outro membro do grupo, o Tiago [segundo Renata, ele era vegetariano; e de acordo com Fabíola, saiu do coletivo um tempo depois], do mesmo jeito. Então era um lugar perto pra todos nós.

Com o tempo, como o grupo foi aumentando, o pessoal começou a pedir que os encontros passassem a ser num lugar mais central. Ai passamos pro [Parque] Bosque dos Buritis.

[E porque sempre escolheram se reunir em parques públicos, e não em outro tipo de lugar?]

Bom, é porque o grupo começou pela internet, aí [para começar as reuniões presenciais] os parques eram um lugar público, aberto... E onde podíamos fazer veganics [piqueniques veganos; pronuncia-se veganícs], o pessoal podia levar comida e ficar lá... (informação verbal)¹⁵.

Como Renata mencionou o Bosque dos Buritis, darei uma curta caracterização dessa paragem. Ele está a poucas quadras da Praça Cívica, marco central da capital goiana. O Bosque fica no Setor Oeste, bairro contíguo ao Centro e conhecido pelas goianienses como um dos mais nobres da cidade. O Oeste possui considerável presença de edifícios residenciais e comerciais.

Gostaria agora de tecer rápidos comentários sobre a interação do Animalistas com os dois parques.

Apesar de estes estarem em regiões nobres, não parece que o *glamour* seja o atrativo que levou os ativistas a ali se reunirem. Além dos motivos arrolados por Renata, creio que outros também interferiram, como os seguintes: o grupo não possuir uma sede própria; seus membros serem majoritariamente jovens; e o caráter bucólico dos parques. Detalharei esses dois últimos motivos.

Sobre a juventude dos membros, registre-se que parece ser comum a frequência de indivíduos dessa faixa etária em parques, aos fins de semana. Um dos fatores para isso pode ser o baixo custo envolvido nessa opção de lazer. Adicionalmente, como parecem significar os veganics citados por Renata – presenciei alguns deles –, trata-se de unir o útil ao agradável. Ou seja, fazer política em prol dos animais (o útil), e desenvolver a sociabilidade – em termos de lazer, amizade, e potenciais relacionamentos amorosos (os aspectos agradáveis). Estar num parque permitiria exercitar essas sociabilidades, tanto entre os membros do grupo, quanto no contato com os outros agrupamentos juvenis ali presentes.

¹⁵ Anotação sobre a fala de Renata, em conversa por telefone em 02/09/2012.

Quanto ao caráter bucólico desses equipamentos públicos, refiro-me a possuírem árvores, grama, pequenas matas, lagos, pássaros e alguns outros animais. Assim, podemos lembrar as considerações de Thomas (1996) indicadas *supra*. Especialmente as a respeito do desenvolvimento, nos cidadãos metropolitanos, dum apreço à natureza (p. 206-16 e 356-8). Nesse sentido, os parques criariam um clima atraente para os defensores de animais, que demonstram a seu modo afinidade e preocupação com o meio ambiente. O Vaca Brava e o Bosque dos Buritis conformar-se-iam, nesse sentido, como enclaves de natureza em meio à vastidão da selva de pedras.

Após ambientar o leitor quanto aos locais de reunião, vamos regressar à questão da mudança de nomes pelas quais o coletivo passou.

Após aquele período inicial, em 11 de dezembro de 2007, em reunião que presenciei, resolveram mudar o nome do grupo para Sociedade Vegetariana e Defensora dos Animais (SVEA; pronuncia-se ésse-vêda). Nesta época, posterior, já estavam se reunindo no Bosque dos Buritis.

O propositor da mudança de nome do agrupamento foi Elso. À época, contava 16 anos e era estudante secundarista. Deixou de ser membro por volta de dois anos depois. Segundo ele, a motivação da troca da sigla era frisar que não se dedicam apenas ao ato cotidiano de boicotar carne.

Por volta dos anos 2010 e 2011, de acordo com Fabíola, trocaram o nome do coletivo para Comunidade dos Vegetarianos de Goiânia. Os membros continuaram os mesmos. Ao fazerem essa troca, tomaram de empréstimo o nome de um grupo no *Orkut* (uma rede social na internet) que haviam criado em junho de 2008, chamado Vegetarianos de Goiânia¹⁶. O grupo eletrônico vinha servindo, desde aquele ano, como o principal ambiente virtual de discussões e contato entre os ativistas.

Finalmente, numa reunião de reestruturação do coletivo, em 20 de março de 2011, aprovaram o título Animalistas de Goiânia. O encontro também ocorreu no Bosque, e igualmente contou com minha observação. A proponente da nova denominação, Fabíola, pontuou que *Animalistas* seria melhor que *Abolicionistas* – outra das sugestões em discussão – pois esta última é apenas uma das teorias de defesa de animais. Assim, o vocábulo Animalistas, mais abrangente, referir-se-ia à causa animal em geral, dando-lhes liberdade de mudar de teoria caso quisessem.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=57997081>>. Acesso em 30 jul. 2012.

Segundo Fabíola, o conhecimento da distinção entre *abolicionismo* e *animalismo*, que fundamentou a proposta, adveio em uma palestra da Dra. Sônia Felipe, filósofa e ativista. Isto ocorreu quando Fabíola compareceu ao 2º Encontro Nacional de Direitos Animais (ENDA) em outubro de 2010. O Encontro é bienal, e ocorre em Porangaba, São Paulo.

Na página eletrônica do evento, este é descrito como a “[...] maior reunião de ativistas vindos de diversas partes do Brasil no intuito de aprender, debater e conviver com aqueles que fazem a história da luta pelos direitos animais em nosso país [...]”.¹⁷

Retornando àquela reunião de reestruturação do agrupamento, conforme foi discutido, o abandono da palavra Vegetarianos na denominação do grupo ocorreu na esteira da mesma motivação da primeira troca (de SVG para SVEA). Ou seja, enfatizar o aspecto político, da luta pelos direitos de todos os animais. Isto é, tirar o foco da *dieta vegetariana*, vista como algo não necessariamente politizado e que se refere somente a um dos tipos de exploração (o tipo alimentar) dos não-humanos.

Como costumam dizer, há vegetarianos que o são principal ou totalmente por motivos religiosos ou de saúde, e não por preocupação com aqueles seres. Um dos membros do grupo, que preferiu não se identificar, chama esses vegetarianos não militantes de *comidistas*.

O termo é usado em contraste com os ativistas. A denominação jocosa comidistas referir-se-ia então a quem se importaria bem mais com degustar pratos vegetarianos do que com investir tempo em reivindicações políticas pela libertação animal. O membro anônimo caracteriza essas pessoas: “Só se reúnem pra comer. ‘Ah, vai ter uma feijoada lá em casa...’. Aí todo mundo vai. ‘Vai ter um protesto em frente ao McDonald’s...’. Nossa, ninguém vai! [risos].” (informação verbal)¹⁸.

Essa distinção entre ações individuais e coletivas, que ocupa lugar de destaque na constituição da identidade do grupo, será mais bem tratada na seção “PROTEÇÃO DE CÃO E GATO’ *VERSUS* ‘VEGETARIANISMO” do Terceiro Capítulo. Ali veremos que o Animalistas, por um lado, procura valorizar as ações coletivas. Mas, por outro, certas atitudes e declarações suas podem ser interpretadas como paradoxalmente corroboradoras daquilo que criticam.

Voltando a atenção ao histórico das transformações de nome do agrupamento, podemos perceber – como seria de se esperar – que elas acompanham a atualização de seu posicionamento político.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.enda.org.br/sobre-o-enda.html>>. Acesso em 30 jul. 2012.

¹⁸ Transcrição da fala de ativista anônimo durante conversa em 5/4/2011.

Da mesma maneira, o tipo de envolvimento que tive com a questão animal também foi se alterando. Como expus, a partir de 2002, ingressando lentamente no debate sobre o tema, gradativamente passei a evitar consumir carnes, leite, ovo e derivados de animais criados em confinamento. Paralelamente, com o tempo fui substituindo a maioria destes produtos por similares vegetais.

Em 2006, vendo o Terráqueos, tornei-me vegano imediatamente. E senti, tal qual Fabíola revelou, uma necessidade de fazer algo a mais a respeito da questão. Daí fui conhecer os coletivos goianienses. Comecei a acompanhar especialmente das atividades da então SVeDA (hoje denominada Animalistas). Todavia, mesmo tendo uma formação ainda bem inicial em antropologia – a UnB parece ser uma das poucas no Brasil que oferece esta habilitação ainda na graduação –, em etnologia indígena, e tendo participado modicamente de alguns movimentos sociais, isso já era o suficiente para que eu não acreditasse, de modo tão convicto quanto os outros ativistas, na crucialidade do vegetarianismo e veganismo. De modo que geralmente não me nominava como membro oficial da SVeDA.

Após alguns meses indo às reuniões e debates, ficou clara essa diferença quanto ao resto do grupo. Eu não era convicto do boicote total, ao consumo de carnes e outros produtos de origem animal, como um elemento indispensável para o indivíduo participar do coletivo e/ou reivindicar politicamente mudanças nas condições dos não-humanos.

Achava – e continuo achando – que mesmo que a pessoa não pare (por diversos motivos) de comer tudo isso, tal situação não impede que ela participe de demandas em prol de políticas públicas, privadas e de terceiro setor, seja pelo bem-estar animal¹⁹ ou pela abolição. De modo que passei a me denominar como apoiador do agrupamento. Friso ao pessoal que constantemente questiono minhas próprias formulações, oscilando meus pensamentos e práticas entre essas duas vertentes (abolição e bem-estar). E em parte das vezes considero que os veganos estão mais certos que eu, ao se recusarem a consumir todos os produtos animais.

Essa construção de uma opinião própria sobre a problemática animal, como sumariai nesses três parágrafos acima, acabou me levando a deixar de ser vegano em meados de 2009. Voltei a ser onívoro, ou seja, a consumir carnes, ovo, leite e derivados. Fatores como a dificuldade de ter uma dieta variada, e de acordo com as preferências da cultura alimentar na qual fui criado, influíram nessa mudança. As ideias advindas das ciências sociais e dos movimentos, como assinalei, também tiveram seu peso.

¹⁹ Este termo, e a abolição, serão detalhados adiante.

Como a maioria dos membros do Animalistas acha incoerente que os integrantes da organização comam carne, e consideram insuficientes quaisquer tentativas de justificar tal consumo, tive mais um motivo para me distanciar de suas atividades. De todo modo, não deixei de considerar o abolicionismo como relevante, apesar de não ter uma convicção absoluta de que seja a única maneira válida de lidar com a problemática animal.

Em sentido parecido a meu caso, apreciaremos no tópico seguinte um debate que ocorreu no coletivo. A divergência ocorreu entre partidários do veganismo, vegetarianismo e onivorismo. Nessa contenda, a firme convicção de alguns integrantes a respeito da inexorabilidade do veganismo levou uma novata a desistir de continuar participando do Animalistas.

Retornando a falar da minha situação, desde aquela época, durante conversas me chamo às vezes de semivegetariano. Assim me rotulo por sempre continuar a empregar alimentos veganos ou vegetarianos em parte das refeições. Os vegs às vezes riem dessa etiqueta, alguns em tom de compreensão, outros de discordância. Discorrerei detidamente sobre o semivegetarianismo, mais à frente.

Em consonância com esse gradual distanciamento – em termos de ideias e práticas – quanto ao veganismo, abolicionismo e também ao Animalistas, de 2010 a 2012 preferi me declarar principalmente como pesquisador da questão animal. Mas mesmo com essas diferenças de posicionamento quanto ao grupo, continuei considerando-o como a experiência coletiva goianiense mais conectada com minhas preocupações com os vários tipos de uso de animais. Ao fazer essa avaliação, estou tendo em mente uma comparação entre o Animalistas e os outros grupos locais, mais voltados à proteção de animais de estimação.

Desse modo, em sintonia com o exposto acima, o trabalho de campo foi se conformando como principalmente relacionado à observação participante em atividades do Animalistas. Especialmente em suas reuniões semanais, aos domingos. Também estive em alguns atos e congêneres nos quais outros grupos participaram. Em 2010 e 2011 compareci, em média, a uma atividade por semana.

Para termos uma melhor noção desses outros grupos, e do contexto político local no qual o Animalistas se insere, vamos abaixo dar uma modesta caracterização deles.

2.4 OUTROS GRUPOS LOCAIS

Começemos a elaborar uma descrição dessas organizações a partir da visão de uma das fundadoras do Animalistas, Renata. Desse modo, teremos uma noção de como os

Animalistas compreendem e julgam o espectro político ao seu redor. Teremos uma noção parcial, é claro, já que nem todos do grupo descrevem os outros coletivos exatamente da mesma maneira. Todavia, esse aspecto da problemática quanto a empreender generalizações etnográficas já foi tratado *supra*, quando citarmos Clifford (1998). Assim, concentremo-nos no que diz Renata:

Tem os que protegem cães e gatos; e, volta e meia, cavalos. Tem a Aspaan [Associação Protetora e Amiga dos Animais²⁰; sua sigla é pronunciada como Asspã]... Dizem-se protetores, mas comem carne. Pra mim, não são. Tem a Sgopa [Sociedade Goiana Protetora dos Animais; está formalmente extinta há alguns anos, mas parte de seus membros continua em atividade], tem a Protetoras Independentes²¹. Mas tem algumas dessas pessoas desses grupos que são vegetarianas, e tal... [a ativista usa um tom de voz e gestos indicando que estas pessoas, sim, são coerentes].

Tem o Projeto Viva Gato²², da Mariana. Esse é bem confiável, a Mariana é vegan. É ela e uma amiga [que coordenam o Projeto]. A amiga dela eu não sei, mas a Mariana é vegan. O Projeto é direcionado a gatos. Porque as outras ONGs tratam mais só de cachorro.

Mas eu entendo que a Aspaan tem gastos com seu abrigo, e têm que fazer as coisas dentro de seu orçamento. Mas não concordo com isso de deixar os cachorros em gaiolas, nos abrigos. Se der, põe em casa mais algum animal, né...

As Protetoras Independentes conheço pouco, o que vejo é pelo Facebook [uma rede social eletrônica]. Anunciam animais pra adoção, põem fotos deles. E também, quando algum animal de alguém some, divulgam o caso.

Tem a Arpa [Associação pela Redução Populacional e contra o Abandono de Animais²³]. O Cristiano é que coordena. Não conheço muito o trabalho deles. Fazem castração de gatos de rua, e depois os devolvem pra rua. Têm um site. Ele é candidato a vereador agora. Atuaram quanto ao caso do zoológico, tentando proibir sua reabertura. Têm um projeto com o [Deputado Estadual] Mauro Rubem [como este se trata de um ator público, indico seu nome real], para castração pública de cães e gatos. E também um projeto de lei para proibir animais em circos. Essa ONG tá tendo bastante visibilidade. Acho que porque tá se relacionando com essas questões políticas, e com políticos. Parece que quando se está se envolvendo com o meio político, as ações ganham mais visibilidade, né...

²⁰ Disponível em: <www.aspaan.org.br>. Acesso em: 28 ago. 2012.

²¹ Disponível em: <<http://www.facebook.com/protetorasindependentes.goiania?ref=ts>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

²² Disponível em: <vivagato.wordpress.com>. Acesso em: 28 ago. 2012.

²³ Disponível em: <www.arpabrasil.com.br>. Acesso em: 28 ago. 2012.

A Biodefesa [Associação dos Defensores do Meio Ambiente²⁴] é outra ONG. Tem a Daiane, que a coordena. Está como candidata a vereadora. Fazem coisas mais para cães, gatos e cavalos.

Tem o Projeto Hammã²⁵, que trata de cães de grande porte. Esses tipos de cães que chegam ao CCZ [Centro de Controle de Zoonoses municipal; a rigor, em Goiânia o nome deste órgão é Departamento de Controle de Zoonoses, mas a sigla CCZ é usada pelos militantes por ser a mais empregada no Brasil], não são encaminhados para adoção, porque o CCZ fala que eles podem ser perigosos. Então o pessoal do Hammã os pega e coloca na casa dos próprios membros do grupo, ou de outras pessoas que se dispõem. E depois consegue encaminhá-los pra adoção.

[Então você acha que essas pessoas que não são vegetarianas não são protetoras?]

Acho que a primeira coisa pra quem quer ser protetor de animal é ser vegetariano. (informação verbal)²⁶.

Pelo acima exposto, o sentido que parece emergir da fala de Renata é o segundo o qual a atenção a todos os animais, e à política alimentar de cada indivíduo que se propõe a defendê-los, são os principais critérios de avaliação sobre a importância e coerência da atuação de qualquer das organizações locais. Esse ponto de vista é típico no Animalistas, tanto quanto em tudo de supralocal que conheci a respeito da proposta abolicionista.

Assim, a identidade e os ideais abolicionistas parecem se constituir, em grande medida, em oposição à identidade de protetor e ao ideal de bem-estar animal. Essa interpretação tem como base a noção barthiana (BARTH, 2000, p. 69-93) de constituição de grupos étnicos. Para este autor, as etnias provavelmente não surgiram de modo autóctone para depois interagirem umas com as outras. Mas, sim, a população humana de uma dada região foi interagindo entre si, e é a partir destas relações sociais (que incluem articulações amistosas e conflituosas) que foram se criando alianças e oposições entre indivíduos, e daí diferentes grupos étnicos.

Em nosso caso, parece ocorrer algo análogo, como se as identidades (vegetarianas e veganas *versus* protetoras), grupos de ativismo (Animalistas e outros, *versus* Aspaan e outros) e ideias (abolicionismo *versus* bem-estar) fossem equivalentes às identidades e grupos étnicos. Entretanto, apesar de esta interpretação parecer ser válida para grande parte da

²⁴ Disponível em: <<http://www.biodefesa.org.br>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

²⁵ Disponível em: <<http://www.projetoamma.com.br/>>, <<http://projetoamma.blogspot.com/>> e <<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=59011349>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

²⁶ Anotação da fala de Renata, em conversa em 23/08/2012.

situação local, Renata mostra a existência de transversalidades quanto a este esquema simplista. Por exemplo, o Projeto Viva Gato, de acordo com ela, se configura como uma iniciativa de proteção de gatos impetrada por uma perspectiva vegana/abolicionista.

Farei agora uma breve complementação dessa descrição elaborada por Renata. Afinal, ela não abordou todos os grupos com os quais o Animalistas se relaciona. Assim, refletindo com base na experiência etnográfica junto ao coletivo, entendo que este geralmente classifica os outros grupos em dois eixos: o de *vegetarianismo/veganismo*, e o de *protetores*. Essa classificação está presente, por exemplo, na fala de Juliana no item “PROTEÇÃO DE CÃO E GATO” *VERSUS* “VEGETARIANISMO”, e lá será mais discutida. Tal classificação dual não implica, todavia, em que as duas linhagens sejam isoladas – como visto no caso do Projeto Viva Gato. Tratam-se, antes, de ênfases em uma ou outra perspectiva.

No *eixo veg* estão os restaurantes e grupos religiosos que se abstêm de carne. O estabelecimento *Loving Hut*²⁷, no Setor Jardim América, que vende comida 100% vegana, é aquele com o qual o coletivo mais se relaciona. A maior proximidade parece estar relacionada a este ser o único totalmente vegano, em Goiânia. Bem como ao fato de que este critério alimentar foi estabelecido por seus donos, segundo eles, por se importarem diretamente com os animais, e não só com a crença nas vantagens ambientais e sanitárias do veganismo.

Os quatro sócios do restaurante – três mulheres e um homem – adotam esta dieta e estilo de vida. De acordo com o que eles me falaram, a ideia de montar o negócio se gestou no grupo de meditação do qual participam. Neste, acreditam em uma forte relação entre uma alimentação compassiva, na qual não se mata animais, e suas buscas por um contato maior com Deus, além da preocupação com o aquecimento global (por eles atribuído, em grande parte, à pecuária).

Como o foco desta pesquisa não é nos protetores, mas nos abolicionistas, oferecerei um detalhamento adicional de apenas uma das organizações do *eixo dos protetores*. Como o Animalistas não tem uma relação fixa e densa com nenhuma dessas ONGs, caracterizarei somente a maior e mais antiga, a Aspaan. Afinal, de toda maneira ela frequentemente serve como contraponto nas argumentações abolicionistas sobre a distinção entre *protetores* e *defensores dos direitos animais*. As informações a seguir advêm de duas palestras que presenciei, promovidas pela ONG, e de algumas conversas com seus integrantes.

²⁷ Disponível em: <<http://goiania.lovinghut.com.br/>> e <<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=104439001>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

A Aspaan tem cerca de 20 anos, e algumas dezenas de ativistas. Possui um abrigo de cães de pequeno porte e gatos, em Aparecida de Goiânia – cidade conurbada à capital. Algumas vezes por ano promove feiras de adoção em *shopping centers*. Também participa de uma articulação política, junto a outras pessoas, grupos e parlamentares, em prol da aprovação de um projeto de lei para tornar a esterilização desses animais uma política pública ampla e que seja implementada pelo CCZ. Ocasionalmente, promove palestras relativas a seus focos de atuação.

Tendo então exposto uma prévia do ambiente político local, tratemos agora de *termos significativos* para os ativistas estudados. Adensar a compreensão sobre essas noções nos auxiliará em nosso intento de compreender os raciocínios e ações dos defensores.

2.5 TERMOS IMPORTANTES

Animais e não-humanos

De acordo com Fabíola, a categoria *animal* inclui *animal humano* e *animal não-humano*. Como contrações destes, são usadas as palavras *humano* e *não-humano*. Para entender o porquê das mesmas, vejamos no próximo parágrafo um incidente no qual a ativista sublinha o sentido que lhes confere.

Em um momento de nossa conversa, falei algo sobre a relação entre humanos e animais. Ela me corrigiu, expressando que eu deveria falar animais humanos e animais não-humanos. Com isso, quis frisar que humanos são também animais; que há semelhanças entre ambos. Ou seja, sua argumentação e termos buscam modificar politicamente a noção de senso comum que vê essas duas categorias de seres como bastante diferentes.

Essa atitude caracterizada por procurar desnaturalizar categorias usadas pelo senso comum também está presente em outros grupos de defesa de animais. Uma das autoras que relata um caso semelhante é Dias (2009). Neste trabalho, ela expõe o percurso histórico da construção da categoria “animal de açougue” no Brasil. Paralelamente, mostra que os defensores procuraram desessencializar este termo e outros correlatos, como “animal *de corte*” (2009, p. 76, grifo nosso).

Nesse sentido, os ativistas paulistas estudados por Dias vêm propondo outras nomenclaturas, em substituição a animais de açougue, como *animais criados para consumo*. Esta proposta ficou evidente, por exemplo, no caso de um dos projetos de lei que os militantes

ajudaram a formular e apoiaram sua aprovação, sobre o Código Estadual de Proteção aos Animais do estado de São Paulo. Este Projeto era o de nº 707, do ano de 2003.

Assim, conforme Dias,

Utilizando nova categoria, a de “animais criados para consumo” – que indicia uma tentativa de desnaturalizar as categorias anteriormente em uso, como “animais de açougue” ou “animais de corte” –, o Projeto de Lei declarava:

“(…) Seção IV

Dos Animais Criados para Consumo

Artigo 17 – São animais criados para consumo aqueles utilizados para o consumo humano e criados com essa finalidade em cativeiro devidamente regulamentado e abatidos em estabelecimentos sob supervisão médico-veterinária.” (DIAS, 2009, p. 76).

Portanto, ao empregar novos termos, tanto os militantes de São Paulo quanto os Animalistas tentam mudar o modo de pensamento da população quanto aos não-humanos.

Voltando às palavras usadas por Fabíola, perguntei-lhe quais tipos de seres seriam abrangidos pelo significante animais. Ela respondeu que este engloba os mesmos seres que o Reino *Animalia* da biologia.

Ricardo, outro integrante do Animalistas, dá uma definição próxima à de Fabíola. Para ele, *animais são os seres vivos que não são plantas, fungos, bactérias, etc.* Quando alguma pessoa lhe fala que não é animal, ele retruca: *Você então é uma planta? Um fungo?*

Senciência

Para Fabíola, a respeito das perguntas que ela faz na abertura do item DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO, no Primeiro Capítulo, o ponto mais importante a expressar a respeito das ideias abolicionistas trata-se do seguinte.

Humanos e não-humanos são sencientes. De acordo com Singer, este conceito significa a “[...] capacidade de sofrer ou sentir prazer ou felicidade.” (SINGER, 2002, p. 54 apud WIKIPÉDIA, 2011d). Também se refere à capacidade de ter consciência do mundo a sua volta.

Ricardo complementa: *senciência é a capacidade de sentir. Já a consciência é a condição de ter noção de si mesmo, de que você existe.*

Continua Fabíola: **As respostas [àquelas perguntas] se contradizem e no final acabam por ficar desconsertadas. Segundo o mestrando em filosofia Luciano C.**

Cunha, baseando-se em Peter Singer, as respostas básicas que as pessoas em geral dão a essas perguntas são:

Muitos apontam a capacidade para a razão plena. Mas assim estariam excluídos nossos bebês, as crianças muito pequenas, os humanos com graves lesões cerebrais, e os idosos senis. Além disso, muitos animais não-humanos possuem níveis de raciocínio muito acima do deles. Idosos senis podem já ter tido a razão desenvolvida um dia e bebês saudáveis podem ainda vir a desenvolvê-la, mas certos humanos passarão a vida inteira no mesmo estado (de não ter a posse plena da razão mas poder desfrutar de sua vida prazerosamente) e nem por isso os utilizamos como se fossem nossos recursos. Resumindo, não há como traçar uma linha divisória com base em capacidades cognitivas, que coloque todos os humanos acima da linha e todos os não-humanos abaixo. (CUNHA, 2009).

Nesse sentido, qualquer que seja a diferença que as pessoas apontam, sempre cai no especismo. Ou seja, no preconceito baseado em aparências e diferenças de espécies. Os humanos se acham superiores, "e pronto".

Esse tipo de crítica ao que seria um processo de coisificação também é encontrado em Strathern (2006). Como, por exemplo, quando ela adapta afirmações de Gregory (1982, p. 41) para dizer que “[...] *se, numa economia mercantil, as pessoas e as coisas assumem a forma social de coisas, numa economia de dádivas elas assumem a forma social de pessoas* [...]” (STRATHERN, 2006, p. 208, grifo da autora).

Entretanto, a autora ressalta que essa oposição é ficcional, pois não seria “[...] possível caracterizar com isso culturas inteiras e sociedades inteiras [...]” (STRATHERN, 2006, p. 208). Assim, se nos movimentos humanistas há uma condenação da coisificação de pessoas propiciada pela cosmologia capitalista, no animalista critica-se a objetificação de animais neste mesmo sistema socioeconômico.

Assim, os abolicionistas concluem que não é ético matar animais para comê-los. Ricardo diz que muitas pessoas contra-argumentam, dizendo: ‘*you eat plants, so you are eating them and making them suffer. So, it is not ethical to eat them either*’. *Aí eu respondo: os estudos que falam sobre plantas sentirem e sofrerem são ainda iniciais. Se um dia chegarmos a comprovar isso, já estaremos tão avançados quanto à nossa sensibilidade que já seríamos todos vegetarianos.*

Quando o questionam sobre a planta carnívora, por exemplo, falando que ela também é dotada de sensibilidade, movimento, e consome animais, ele retruca: *ela tem uma reação mecânica quando se fecha sobre o inseto. Não possui consciência como os animais.* Nesse sentido, Ricardo arremata: *pegue um alfinete. Espete um alface e um cachorro, e vai saber por que como o alface e não o cachorro.*

Portanto, de acordo com as falas desse tópico, em síntese os Animalistas consideram que humanos e animais são sencientes, diferentemente de plantas e demais seres vivos. Daí acharem errado matarmos animais, mas não condenam usarmos esses outros indivíduos viventes para nos alimentarmos.

Essa convicção sobre a significância da sciência leva essas pessoas a se engajarem em certas atividades e estilos alimentares. Passemos então a apreciá-las, agora de acordo com definições detalhadas e dadas pelos próprios ativistas, como tínhamos prometido.

Veganismo, direitos animais e abolicionismo animal

Como soubemos, Fabíola é adepta do veganismo, direitos animais e abolicionismo animal. Pedi-lhe que me desse uma definição do que seria cada uma dessas noções. Ela recorreu à Wikipédia. Esta é uma enciclopédia eletrônica autointitulada livre, por ser editável por seus usuários e por permitir acesso público e gratuito a seu conteúdo.

A ativista forneceu-me as seguintes descrições. Ou seja, ela mesma apresentou os três blocos de citação, a nota de rodapé e as explicações a seguir:

Veganismo

Veganismo é uma filosofia de vida motivada por convicções éticas com base nos direitos animais, que procura evitar exploração ou abuso dos mesmos, através do boicote a atividades e produtos considerados especistas.²⁸ [...]

O termo inglês **vegan** (pronuncia-se vígan) [em português: *vegano*; pronuncia-se *vegâno*] foi criado em 1944, numa reunião organizada por Donald Watson (1910 - 2005) envolvendo 6 pessoas (após

²⁸ "Especismo é a atribuição de valores ou direitos diferentes a seres dependendo da sua afiliação a determinada espécie. [...] De modo similar ao sexismo e ao racismo, a discriminação especista pressupõe que os interesses de um indivíduo são de menor importância pelo mero feito de se pertencer a uma determinada espécie." (WIKIPÉDIA, 2011b).

desfiliarem-se da The Vegetarian Society [A Sociedade Vegetariana, na Inglaterra] por diferenças ideológicas), onde ficou decidido criar uma nova sociedade (The Vegan Society [A Sociedade Vegana, também inglesa]) e adotar um novo termo para definir a si próprios. Trata-se de uma corruptela da palavra "vegetarian" [vegetariano], em que se consideram as 3 primeiras letras e as 2 últimas para formar a palavra vegan. (WIKIPÉDIA, 2011a, grifo da autora [Wikipédia]).

Assim, os veganos

[...] evita[m] todo e qualquer tipo de uso ou exploração animal, seja no vestuário (couro, camurça, lã, etc), entretenimento (rodeio, vaquejada, etc), alimentação (carne, ovos, laticínios, etc), produtos testados em animais (cosméticos, higiene, etc), entre outros. (WIKCIONÁRIO, 2011).

Ainda sobre o veganismo, comenta Ricardo: *essa é a forma mais natural de alimentação. Digo, todas as formas de veganismo, que inclui o frugivorismo [dieta constituída por frutas], o crudivorismo [consumo de alimentos crus], etc. Ou seja, não falo só sobre o tipo de veganismo baseado em produtos industrializados. Mas sim em comer coisas bem naturais, como broto de soja, etc.*

Nessa sociedade que desde o pós-guerra fala em ser pacífica, como seremos se matamos animais, e se somos violentos com os humanos? Vejo o veganismo como o que dá coerência para isso tudo, para um modo de vida pacífico. Por aqueles fatores que você sabe: por ser melhor para o meio ambiente, para a saúde humana, e para os animais.

Renata explica esses fatores, considerados como vantagens do veganismo: *em termos ambientais, essa dieta tem o efeito de poupar árvores. Porque a maioria dos desmatamentos é para criar pasto para o gado, ou soja que vai principalmente para alimentar também o gado. Assim, se a pessoa quer ser ambientalista, a primeira coisa a fazer é se tornar vegetariana. Inclusive o cerrado, grande parte de seu desmatamento se deve a esses usos para a produção de carne. Essas informações deveriam ser ensinadas nas escolas.*

Para as pessoas e sua saúde, a importância de não comer produtos animais é você estar limpo. Ou seja, sem partes de animais mortos dentro de você. O vegetariano também se torna mais compassivo em sua vida; com a sensibilidade mais aguçada.

Para os animais, o benefício é o de terem a chance de viver. E todo ser deveria ter isso. A chance de estar livre, de não sofrer.

Direitos animais e abolicionismo animal

Para definir esses termos, Fabíola cita um trecho da Wikipédia:

[a] defesa [...] dos **direitos animais**, da **libertação animal** ou **abolicionismo** [animal], constitui um movimento que luta contra qualquer uso de animais não-humanos que os transforme em propriedades de seres humanos, ou seja, meios para fins humanos. (WIKIPÉDIA, 2011c, grifo da autora [Wikipédia]).

Então, o abolicionismo animal é nossa proposta de abolir a situação de escravidão que acontece com os animais. Como fala Regan (2006) [filósofo estadunidense, um dos mais citados pelo Animalistas], 'não queremos gaiolas maiores, queremos gaiolas vazias'. Esse abolicionismo animal é, assim, uma analogia à abolição da escravidão humana.

O veganismo, os direitos animais e o abolicionismo são vertentes do animalismo. Por analogia a humanismo, ambientalismo, feminismo, etc., o animalismo é a causa que nós defendemos.

Proteção de animais

Para Renata: *Você começa a ser protetor quando começa a ter empatia com os animais. Quando vê um cachorro abandonado na rua, não vai simplesmente passar. Vai ver como ele está, e se preciso, levar pra sua casa. Quando vê uma propaganda de carne na televisão, você já imagina que aquilo veio de um animal que morreu, que sofreu.*

Mas não adianta ser protetor só de cachorro, gato e cavalo. Concordo se você disser “sou protetor de cão”. Mas se disser que é “protetor de animais”, aí tem que ser de todos. (grifo da autora [Renata]).

Vegetarianismo

Para Renata: *Vegetariano é quem se abstém de qualquer tipo de carne. Muitas pessoas assim se dizem, mas comem peixe ou frango. Elas então não são vegetarianas.*

Os principais tipos dessa dieta são: o ovolactovegetarianismo, o lactovegetarianismo, e o vegetarianismo. Este último se caracteriza por não usar ovo nem

leite. Torna-se equivalente ao veganismo. Mas ser vegan inclui também não usar couro, produtos testados em animais, etc.

[Então o vegetarianismo é uma categoria que inclui o “ovolacto”, o “lacto” e o veganismo, ou é igual apenas à dieta vegana?]

Queria acreditar que o vegetariano não come ovo nem leite... Mas no movimento tem gente que considera o ovolactovegetarianismo como um tipo de vegetarianismo.

Esta palavra vem do latim ‘vegethus’, que significa força, vitalidade, vigor. Acho que li isso em um livro sobre vegetarianismo, da Marly Winckler.

[Por que quem come peixe e frango não é vegetariano?]

Porque isso é carne, não é vegetal. A pessoa quer se rotular como saudável. Ou então não sabe que certos alimentos que come vêm da carne. Por exemplo, embutidos, como salsicha, presunto.

Pelas informações prestadas por Renata, o vegetarianismo refere-se a não comer inclusive ovo e leite. Mas boa parte do Animalistas considera que o vegetariano é quem não come carnes, mas utiliza ovo e leite. Ou seja, internamente ao grupo não há total consenso sobre o termo.

Entretanto, há certa negociação sobre considerar, na interação com o público, que o vegetarianismo inclui o ovolactovegetarianismo e o veganismo. Essa avaliação foi feita por Ricardo, durante uma reunião em 2011. Sua intenção, conforme declarado, era evitar maiores atritos e a divisão do grupo e do movimento vegetariano local, considerado como já pequeno e frágil.

Conforme Fabíola, um texto de Sônia Felipe²⁹ defende que a palavra *vegetariano* tem origem em *vegetal*, e não em *vegethus*. Pois, se fosse desse último modo, o termo atual deveria ser *vegetusiano*. Felipe então proporia que se reserve o epíteto vegetariano para as pessoas que não consomem nenhum alimento de origem animal.

Por outro lado, Fabíola alude a outro artigo (mas não conseguiu me passar a referência bibliográfica dele), de outra ativista. Esta outra sustenta que se mantenha o termo vegetariano para nomear os ovolactovegetarianos, e o termo vegano para definir quem não come carnes, ovo e leite.

O Animalistas, e o movimento goianiense com o qual tive contato, geralmente trabalham com noções semelhantes à desta última autora citada por Fabíola.

²⁹ FELIPE, Sônia T. Ética, Dietas e Conceitos. *Agência de Notícias de Direitos Animais*. Disponível em: <http://www.anda.jor.br/?p=25016> . Acesso em: 30 out. 2009.

Abolicionismo e bem-estar animal

Uma identidade relevante à qual os Animalistas se atribuem é a de serem abolicionistas. Esta é por eles oposta à das pessoas que chamam de bem-estaristas. Para caracterizar essas posturas, iniciaremos mostrando momentos de uma das reuniões do grupo nas quais afloraram.

Como que uma pessoa que come carne vai num ato contra a exploração de animais? É muito contraditório! (informação verbal)³⁰.

Neiva era e é vegana. Nessa ocasião, contava cerca de 18 anos e cursava o último ano do Ensino Médio em um colégio público. Residia com sua família em um bairro a meio termo do ponto central goianiense, e comumente visto como de classe média.

Com aquelas assertivas, ela defende em uma discussão acontecida em uma das reuniões do Animalistas, que todos os membros do coletivo teriam que ser veganos. Ou então se comprometer a assim se tornarem, no prazo de alguns meses. Pois caso contrário entrariam em contradição, ao financiarem a indústria de produtos de origem animal, de um lado; e de outro, protestarem contra o uso de animais.

Sua irmã, Leila, opina do mesmo modo. Esta também é vegana, e nascida um ano antes. Fazia o segundo ano do Ensino Médio, e residia na mesma casa que Neiva.

Uma novata no grupo, Cristiane, discordava. Ela cursa Letras na UFG, e conta por volta de 25 anos. Mora em um setor próximo ao central; de classe média alta. Não estava disposta a assumir aquele compromisso de mudar sua dieta. Conforme expôs, já vinha substituindo parte desses ingredientes animais por similares vegetais. Mas achava que é válido comer carnes, leite e ovo quando não puder, ou não quiser, se servir de alimentos veganos.

Contudo, frisa que apesar dessa postura moderada quanto a sua prática individual em relação aos animais usados para alimentação, é totalmente contra o uso de não-humanos para entretenimento, como rodeios e circos. Bem como procura se mobilizar para que seja resolvido o caso dos cães e gatos abandonados.

Nesse debate as opiniões se dividiram em três vertentes. Quem defendia a não exigência de ser vegetariano nem vegano era um segmento minoritário (aí se incluindo Cristiane). Outros sugerem que se seja ou ovolactovegetariano ou vegano: só não se poderia

³⁰ Anotação da fala de Neiva, na reunião do Animalistas de 20/02/2011.

ser onívoro, ou então que estes não tivessem direito de voto (como foi a opinião de Ricardo). E havia os que consideravam necessário todos serem veganos (como Neiva e Leila).

Cristiane acabou saindo do coletivo após essa reunião. Neiva continuou. Leila praticamente não compareceu mais – apesar de não ter dito explicitamente que abandonaria (coisa que Cristiane fez), nem que seria por conta dessa divergência.

Essas diferenças de método alimentar guardam íntima conexão com diversos modos de se posicionar quanto à problemática mais ampla sobre o tratamento dispensado aos animais. Nesse sentido, a principal distinção feita pela maioria dos membros do agrupamento é a entre abolicionismo e "bem-estarismo".

O abolicionismo proporia que os humanos parem de usar, manter em gaiolas ou matar qualquer tipo de animal, para qualquer fim – alimentação, testes toxicológicos, etc. Seus partidários o contrastam com o bem-estar animal, que consideram outra vertente.

Esta última locução é acionada, geralmente pelos não abolicionistas, para indicar o objetivo de sua luta. Pode ser considerada uma vertente do movimento de defesa de animais e/ou uma área disciplinar presente em cursos como Medicina Veterinária. Demanda melhorias nas condições de criação e morte de animais, mas não necessariamente o fim completo de seu uso ou sacrifício. São chamados de bem-estaristas pelos defensores da abolição, parte das vezes em tom pejorativo.

Ricardo sumariza sua visão sobre a diferença entre essas propostas: *o bem-estar é lutar para aumentar as gaiolas. O abolicionismo é lutar pra esvaziar elas. Como falamos, 'não queremos gaiolas maiores, queremos gaiolas vazias'.*

Aquele posicionamento de Cristiane mostra-se intermediário quanto à abolição e bem-estar. Há teóricos do movimento que mencionam sínteses próximas a esta. Singer (1989, p. 171; e p. 214, nota de rodapé nº 23) alude brevemente a um autor (HARE, 1993) que chama a si e à sua prática de *demi-vegetarian* [semivegetariano]. Segundo Singer, trata-se da prática caracterizada por procurar consumir ingredientes animais oriundos de criação extensiva. Ou seja, de bichos criados soltos, em vez de confinados.

Parte do Animalistas tende a achar válido o uso de ovo e leite de animais criados nessas condições. A discussão sobre a legitimidade desse comportamento, como no debate acima entre Neiva e Cristiane, de tempos em tempos ressurgiu nas reuniões. Alguns que deixaram de serem veganos nos últimos dois anos, voltando a serem vegetarianos, investem esforços para adquirir produtos desse tipo. Esse é o caso de Juliana, Fabíola e Célia.

Esta última entrou no grupo pouco após sua fundação, e já era vegetariana há por volta de mais de uma década. Foi vegana nos últimos anos, até por volta do verão passado.

Nas conversas que tive com as três, ficou mais ou menos evidente que essa mudança não se referiu a passarem a discordar do veganismo. Este continua sendo visto, mormente, como a dieta ideal. Foi a dificuldade de mantê-la no dia a dia que fez com que voltassem a consumir leite e ovo. De todo modo, muitas vezes procuram evitar esses alimentos, continuando a usar produtos veganos.

Uma referência adicional que conheci, sobre essa prática intermediária entre onivorismo e vegetarianismo, adveio de uma conversa com uma pessoa que cursa ciências sociais na UFG. Sabrina me falou sobre a noção de consumo reduzido de carne. Ela a pratica; é simpatizante da questão animal; mas não militante regular. Explicou-me que conheceu a ideia quando esteve na Alemanha. Lá participou de uma atividade relacionada ao Partido Verde, na qual estavam presentes pessoas da Bavária e Áustria. Também ouviu na TV germânica essa noção como política programática do Partido (informação verbal)³¹.

O debate entre bem-estar e abolição também está presente em Paulino (2008). Ele etnografa os atritos entre dois segmentos sociais em disputa quanto à legitimidade da experimentação em animais. Tratando da legislação brasileira e da do estado de São Paulo, o autor expõe falas tanto dos praticantes da experimentação quanto dos contrários a ela.

Esse primeiro segmento é representado, na dissertação de Paulino, por professores universitários; dentre outros grupos interessados na continuidade desse tipo de pesquisa (empresas fornecedoras de suprimentos para laboratórios, indústria farmacêutica, etc.). O segundo segmento é composto por grupos de proteção de animais. O processo político especialmente investigado é o da tramitação de um projeto de lei que estabeleceria regras sobre o uso científico de animais no estado paulista. O percurso parlamentar desembocou na aprovação do Projeto.

A partir dessas descrições, uma das análises feitas pelo autor refere-se ao “[...] predomínio das alianças que asseguram a continuidade da experimentação animal associado a formas de controle sobre a prática.” (2008, p. 5). Assim, segundo ele a lei sancionada, apesar de prever punições para quem não cumprir certas diretrizes (por exemplo, aplicar anestesia), acaba por fortalecer o uso de animais – e não diminuí-lo ou o extinguir.

A conclusão de Paulino é um dos mais comuns argumentos acionados por abolicionistas como Neiva. Ou seja, alertam que a regulamentação, e a proibição de impor situações extremamente dolorosas aos animais, se a princípio pode parecer um primeiro passo para acabar com as crueldades e mortes; em uma apreciação de casos concretos mostrar-se-ia como estimuladora do contrário. Ou seja, do reforçamento e ampliação da exploração.

³¹ Anotação sobre fala de Sabrina, 20/07/12.

Após tomarmos pé desses debates – entre bem-estar e abolição; e entre onivorismo, vegetarianismo e veganismo –, vejamos outra discussão que ocupou considerável tempo nas reuniões de 2011. Tal discussão foi sobre a transformação ou não do grupo em uma ONG.

Coletivo autônomo ou ONG?

Uma parte dos integrantes do coletivo defendia a formalização, alegando que com ela poderiam captar recursos junto ao Estado, empresas e pessoas físicas. Esse dinheiro aumentaria muito a capacidade de realização de projetos.

Já o pessoal contra a ideia, mobilizando argumentos anticapitalistas e anarquistas, alertava que a institucionalização tornaria o grupo dependente de empresários e dos governos. E, portanto, adquiriria um perfil reformista, muito moderado e burocrático.

Após os debates, acabaram chegando a um acordo. Quem interessasse na constituição de uma organização formal, poderia levá-la à frente. Quem não, continuaria fazendo suas atividades independentes. Desse modo o grupo não ‘racharia’: cada indivíduo poderia escolher entre participar de cada um desses tipos de atividade – ou atuar simultaneamente.

Todavia, com o passar dos meses, não conseguiram empreender nem a ONG nem as ações autônomas. E em 2012 até mesmo as reuniões pararam de acontecer.

Conversei com Ricardo sobre como avalia o término dos encontros. Suas respostas estão nos parágrafos a seguir:

Pra mim, um dos fatores foi termos que passar a trabalhar, a comprar o próprio arroz integral e feijão. Eu mesmo, naquela época, podia dedicar tempo pro grupo. Hoje não. O resto do grupo também. A Fabíola estava na causa há muito tempo, e continuaria de qualquer maneira; você estava lá nas reuniões, mas porque estava fazendo sua pesquisa.

Tinham os anarquistas do grupo, que falavam que iam fazer várias atividades. Se tivessem feito, beleza, eu estaria junto, mas o caso é que não fizeram... Então esse foi outro fator pro grupo parar.

O Breno [ex-integrante do Animalistas, quando este se chamava Sociedade Vegetariana de Goiás] uma vez me disse: ‘quem não é revolucionário aos 20 anos, não tem coração; e quem continua sendo, depois dos 30, não tem cabeça’. Não concordo totalmente com isso, mas é mais ou menos a nossa situação.

O segundo motivo para o grupo terminar foi, como falei na última reunião que fizemos, que o coletivo precisaria se mostrar útil para a sociedade. Isto é, a sociedade ver o

grupo como útil, nossos trabalhos voluntários como úteis para eles. Por exemplo, fazermos oficinas de reaproveitamento de cascas de frutas e verduras, para se tornarem novos alimentos. Ou então fazermos educação ambiental para as crianças. E aí durante esses processos é que falaríamos do vegetarianismo e veganismo.

Nesse sentido de o grupo ser útil, poderíamos ir ao Hospital do Câncer e falar que a carne é a terceira maior causa dessa doença. E até perguntaríamos se então o Hospital deveria mesmo fornecer carne nas suas refeições.

Mas me desiludi das ideologias. Vi que nem todo mundo tem intenção de melhorar o mundo. Antigamente eu pensava em melhorar, e achava que todo mundo também. Hoje continuo pensando em melhorar essa sociedade, mas vejo que muitas outras pessoas simplesmente não se importam.

Como ouvi uma pessoa falando, um dos problemas dessa nossa sociedade é: ‘como falar contra o capital, se as pessoas só ouvem quem já conseguiu ele?’ Se chegarmos como Jesus, de chinelo, bermuda, camiseta, barbudo, e formos falar de amor ao próximo, de que os animais são nossos próximos, não vão querer nos ouvir. Mas se falássemos que o vegetarianismo vai dar dinheiro pra pessoa, aí vão querer ouvir. Então, é difícil falar de moral, de ética, numa sociedade que valoriza é o econômico.

Assim, o término das reuniões parece estar relacionado, em parte, às dificuldades de conciliar trabalho, estudo e militância. E, em outra parte, à falta de uma convergência de ideias e propostas que manteriam de pé as atividades.

Um dos casos que ilustra essa falta de convergência foi a tentativa do Animalistas de realizar uma festa, em 2011. A temática do evento seria o veganismo, vegetarianismo e o abolicionismo. Sílvia propôs que ocorresse em uma boate, a *Metropolis Retrô*, pois tinha contato com o dono do lugar, e este concordou com a proposta. Um membro do Animalistas, que neste caso prefere não expor seu nome, não se agradou com a maneira, segundo ele muito corrida, com a qual Sílvia encaminhou essa discussão. Assim, mesmo que a proposta de Sílvia tenha sido aceita pelo grupo, parte deste não foi convencida a ponto de se motivar para colaborar com a preparação da festa. Por fim, o evento acabou não ocorrendo.

Mas, segundo Fabíola, há integrantes que se desanimaram não por conta de divergências internas. Esse seria o caso de Célia, formada em História pela UFG, que estaria – conforme sua amiga Fabíola – desanimada de organizar atividades pela causa, por ter que cuidar de sua casa, trabalhar, e porque já não se motiva mais com as mobilizações.

Ainda conforme Fabíola, alguns meses após aquelas reuniões de rearticulação do grupo, recheadas de debates, Neiva admitiu que suas falas incisivas teriam contribuído para afastar simpatizantes (não veganos) que estavam conhecendo o grupo. Porém, estes que se afastaram não retornaram, de modo que não puderam ouvir de Neiva sua nova postura mais flexível.

Antes de 2011, Clara, Cássio e Hugo, outros anarquistas (na época, a primeira era vegetariana; os outros dois, veganos) que participaram de algumas reuniões junto ao pessoal do Animalistas, já tinham desistido de tentar articulações. Consideraram que parte do grupo era composta por pessoas com um estilo de vida avaliado como consumista e com posicionamentos políticos muito moderados.

Outro ativista anônimo, por sua vez, lamenta que Ricardo, ao criticar lactovegetarianos em uma postagem na comunidade do Orkut, teria contribuído para a ampliação das divergências entre veganos e não-veganos.

Juliana se afastou naquele ano de 2011 por estar com um grave problema de saúde; e agora nestes últimos meses, mesmo que esteja se recuperando e animada a voltar à militância, o grupo já não se reúne mais. Mas ela atualiza o sítio eletrônico do Animalistas³². E a comunidade do coletivo no Facebook³³ continua discutindo e divulgando alguns atos.

Sobre essa permanência subliminar do coletivo, apesar de não estar se reunindo presencialmente, um caso me pareceu exemplar. No início da conversa com Ricardo, em 17 de agosto de 2012, ele me falou que “o pessoal” estava marcando de se reunir daí a duas semanas. Estranhei, e perguntei se o Animalistas tinha voltado à ativa. Ele disse que o Animalistas não; esta reunião estava sendo marcada no grupo do Facebook *Abolicionistas – Goiânia*³⁴. Mas que “era a mesma coisa”. Ou seja, Ricardo quis dizer que este grupo eletrônico e o Animalistas são mais ou menos a mesma aglomeração: a dos abolicionistas goianienses.

Nesse mesmo sentido, o Animalistas continuou a se reencontrar, em atos puxados por outras organizações ou pessoas independentes. Esse foi o caso dos atos a seguir: o WEEAC (sigla, em inglês, de Evento Mundial pelo Fim da Crueldade contra Animais), em 8 de outubro de 2011; e o Dia Internacional dos Direitos Animais, em 10 de dezembro de 2011. E, em 2012, a Manifestação Nacional contra a Vivissecção (28 de abril); e um ato há poucos meses contra o uso de animais em um circo (em 21 de junho)³⁵.

³² Disponível em: <animalistasdegoiania.blogspot.com>. Acesso em: 28 ago. 2012.

³³ Disponível em: <www.facebook.com/animalistas.goiania>. Acesso em: 28 ago. 2012.

³⁴ Disponível em: <<http://www.facebook.com/Abolicionistas.goiania>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

³⁵ Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/21/06/2012/moradores-de-goiania-go-se-posicionam>>.

Assim, mesmo que o Animalistas tenha um número modesto de membros, é frequente que eles participem não só nos dias dessas iniciativas, mas na prévia organização delas. Por tudo isso, apesar de não mais se reunirem periodicamente, parte dessas pessoas continua atuando na linha política do grupo, e o considera vivo.

Tendo aprofundado a compreensão sobre os termos, suas nuances e divergências a eles relacionados, podemos agora partir para interpretações sobre o modo como os Animalistas e outros defensores correlatos encaram os animais.

E, em seguida, já sabendo sobre suas motivações e dilemas, alcemos voo junto às perspectivas e sonhos desses ativistas. Conversar sobre esses projetos é das coisas que mais lhes interessam. Assim, esse assunto pode ser de relevante rendimento antropológico, já que, como reflete Viveiros de Castro, “[os] problemas [da Antropologia] são aqueles dos povos que estuda – problemas postos por estes povos para si mesmos, e portanto para os antropólogos.” (1992, p. 177). Nesse sentido, se um problema básico para os defensores é o de, em suas concepções, *como defender os animais?*; para o seguimento de nosso estudo podemos tomar como questão *compreender como eles planejam defender esses seres*.

3 “NÃO QUEREMOS GAIOLAS MAIORES, QUEREMOS GAIOLAS VAZIAS” – REPRESENTANDO IDEIAS ABOLICIONISTAS

3.1 INTERPRETANDO OS ANIMAIS

Como visto, Fabíola e outros abolicionistas, como este próprio termo dá a entender, consideram que a relação entre humanos e animais por eles utilizados é semelhante à da escravidão. Todavia, os utilizadores de animais – como os donos de granjas de aves – muitas vezes avaliam que estes seres estariam desfrutando de ótimas condições de vida.

Como as visões sobre as condições dos mesmos não-humanos podem ser tão diferentes? Fiz essa pergunta a Fabíola, e ela responde:

Se você olhar nos olhos desses animais, verá que estão sofrendo. Os exploradores não os olham como ser senciente, mas como coisa. [Citando um exemplo,] se sua casa ou carro estiverem bem cuidados, você pode dizer “tô tratando muito bem dele”.

É igual quanto aos animais. Se estes estiverem servindo a pessoa, dando o que os humanos querem, vão dizer que os estão tratando bem. Mas se você olhar esse animal como uma vida, é muito diferente.

A noção de Taussig (1993, p. 283-9) sobre a descrição valorativa de paisagens pode nos ajudar a compreender essa questão. Para ele, as pessoas atribuem seus sentimentos e julgamentos a uma paisagem, ao mesmo tempo em que creem estar descrevendo-as imparcialmente.

Conforme Taussig, a selva da região hoje conhecida como Colômbia é descrita, por exemplo, como caótica, podre e quente pelo historiador colombiano Joaquín Tamayo em 1938. Este descreve a selva colombiana durante a “conquista” do colonizador Gonzalo Jiménez de Quesada em 1536: “uma sinfonia de luzes crepusculares e acordes dissonantes, de murmúrios de rios, canções de pássaros, [...] os troncos podres, [...] o calor que abrasava como fogo [...]” (TAMAYO, 1938, p. 468-9 apud TAUSSIG, 1993, p. 288).

Outro autor que faz análises em sentido próximo é Sá (2010). Investigando biólogos primatólogos “[...] atuando em um fragmento da Mata Atlântica mineira” (p. 211), mostra como modificaram as imagens que faziam a respeito dos primatas popularmente conhecidos como muriquis e moncarvoeiros.

Iniciando as pesquisas no local em meados da década de 70, eles

detiveram-se no entendimento dos “abraços de mono[carvoeiro]” como uma reação à sua própria presença [a dos biólogos] na mata, ou seja, como um *comportamento de intimidação*. A atitude agressiva com os humanos explicava-se pelo histórico de anos de caça que teria consolidado na memória dos muriquis sua imagem como um perigo em potencial. Esta explicação aplicava-se perfeitamente ao contexto de ameaça de extinção da espécie. (2010, p. 180, grifo no original).

Entretanto, esta imagem inicial

[...] foi suplantada por uma concepção fundamentada na observação intimista e duradoura da vida muriqui [... e neste processo] os estudos dos primatólogos não apenas ressignificaram os abraços como reavaliaram a imagem do muriqui. Indícios de uma sociedade pacífica, não beligerante e não hierarquizada formaram a opinião de diversos meios de divulgação científica e serviram de bandeira conservacionista e acadêmica em prol da especificidade do mono. (2010, p. 180-1).

Assim, enquanto certo grupo de seres humanos crê estar descrevendo o comportamento de determinados animais, podemos antropologicamente considerar que ele está interpretando-os de acordo com suas crenças, contexto histórico e outros condicionantes.

Entretanto, Osório (2012), diferentemente desses textos de Taussig e Sá, aventa a possibilidade de que não-humanos tenham mesmo emoções. Ou que ao menos tenham alguns estados emocionais em comum com humanos. A autora indica, a respeito dessas hipóteses, a existência de um debate entre correntes de antropologia das emoções.

Uma destas linhagens sustenta aquela possibilidade; a outra, adverte não existirem boas evidências científicas que a sustentem. Nesse artigo, Osório etnografou as interpretações que protetoras de gatos fazem sobre as supostas emoções e personalidades dos bichanos.

Conforme ela,

Se a emoção é simbólica e cultural, logo pertencente ao universo humano, ela não poderia estar presente nos animais. Contudo, “as emoções podem relacionar-se à dor, à ausência, ao perigo, ao prazer, à satisfação e à curiosidade e estão intimamente associadas às capacidades de percepção e reação de um ser, humano ou não” (Rapchan e Neves, 2005a: 675). Em outras palavras, animais podem se emocionar (ou apresentar “reações emocionais”), mas não atribuem interpretações simbólicas às suas emoções. (OSÓRIO, 2012, p. 18).

Assim, nesta seção, levando em conta esses diferentes autores postulamos a princípio que os defensores de animais interpretam as condições de vida destes últimos. Depois, com base em Osório, questionamos isso, aventando a possibilidade de que não ocorra um relativismo completo no que se refere à possibilidade de não-humanos terem emoções – ou ao menos reações emocionais.

Ou seja, para defensores o sofrimento e a morte dos animais submetidos aos humanos aparenta ser óbvio e antiético. Os utilizadores desses seres acreditam no contrário. Do mesmo modo, parte dos antropólogos que estudam a relação humano-animal (ou humano-natureza) tende a interpretar essa divergência de pontos de vista como um dos casos da clássica relatividade de perspectivas. Tal me parece ser o caso dos trechos de Taussig e Sá vistos.

Já Osório, apesar de não se posicionar explicitamente a favor ou contra alguma das correntes que debatem sobre se animais têm sentimentos, mostra que na antropologia das emoções uma parte dos investigadores (i.e., a corrente que admite a possibilidade de animais sentirem) não adota a postura relativizadora como um paradigma satisfatório para a interpretação dessas interações entre espécies.

Assim, essa última corrente, remetendo a autoras e argumentos de tipo científico e antropológico, chega a conclusões próximas às de ativistas – que mais se valem de proposições éticas, políticas, e raciocínios de filósofos explicitamente posicionados como defensores de animais.

Uma das análises de Salvador (2001) parece corroborar esse processo de aproximação entre cientistas e ativistas. A proposta geral deste seu artigo é procurar “[...] esclarecer uma tendência histórica importante concernente, antes de tudo e com algumas notáveis exceções, aos países industrializados mais antigos: o retorno da sacralização da natureza.” (p. 85).

O momento desse *paper* que aqui nos interessa captar é o no qual o autor analisa que parte dos etólogos, antro-paleontólogos, ecólogos e biólogos fazem afirmações no sentido da “[...] mesma negação da fronteira animal/humano que aquela [afirmação] produzida pelos círculos de proteção dos animais e a reforça ao lhe atribuir uma legitimidade científica.” (p. 85).

Ou seja, com base em Osório e Salvador, respectivamente, há acadêmicos – tanto da área de humanas quanto da de biológicas – que concordam e atribuem legitimidade institucional às propostas dos militantes. De toda maneira, já vimos neste texto que os ativistas comumente conhecem e citam teóricos, especialmente os das cátedras de filosofia, direito, veterinária e nutrição. Entretanto, igualmente sabemos que o oposto ocorre em larga medida: pesquisadores que, se aliando ou não a empresas, defendem o uso de animais nas suas várias modalidades.

Após termos pontuado essas considerações sobre as observações e descrições poderem ser encaradas como interpretações (e de inclusive isso poder ser questionado),

tratemos, como prometido no fim do capítulo anterior, das propostas de ações futuras (baseadas que são em suas visões marcadamente posicionadas a respeito do comportamento e da condição dos não-humanos).

3.2 A VISÃO DE FUTURO DOS ANIMALISTAS

A respeito das produções etnográficas, além das questões já abordadas, outro questionamento de Clifford recai sobre

[...] a modalidade de autoridade científica e moral associada à *etnografia de resgate* ou de redenção. [Nela,] assume-se que a outra sociedade [e, no nosso caso, os defensores] é fraca e ‘precisa’ ser representada por um estranho (e que o que importa em sua vida é seu passado, e não seu presente ou futuro). (1998, p. 84, grifo nosso).

Para ele, essa alegoria do resgate encontra-se “[...] localizada em uma longa tradição ocidental de pastoral [...]” (p. 85). E

[...] o aspecto mais problemático e politicamente carregado dessa codificação “pastoral” é sua incansável alocação de outros num presente-que-está-se-tornando-passado. O que exigiria, por exemplo, consistentemente associar as inventivas, resistentes e extremamente variadas sociedades da Melanésia ao *futuro* cultural do planeta? Quanto poderiam ser diferentemente concebidas as etnografias se esse ponto de vista fosse seriamente adotado? (1998, p. 87, grifo do autor).

Assim, faremos aos interlocutores perguntas não só sobre o passado do movimento, como feito em itens anteriores, mas também sobre seu presente e futuro. Ao falar em investigar seu futuro, me refiro a ouvi-los sobre seus pensamentos e planos sobre o que fazer quanto à questão animal. Após ouvi-los, trataremos de tentar captar seu sentido, e também problematizá-lo.

A respeito então do futuro, Fabíola expressa o que pretende sugerir ao grupo: **Fazermos teatro em vez de [apenas] palestras.** [Em lugar de só mostrar] **animais mortos,** [apresentações mais] **divertidas, descontraídas.** [Mas] **também usar as formas antigas.**

Formas alternativas de discutir teoria; palestras mais agradáveis e divertidas. Fazer um programa de TV, uma comédia vegana. Semanal, transmitido pela internet. Com questões do cotidiano dos veganos, como as frequentes perguntas que nos fazem: “e as plantas?” “E as proteínas?”.

[Outra coisa] que eu pretendo é conseguir montar e sustentar uma ONG mantendo gente que trabalhe pelo abolicionismo. Vai ser muito efetivo manter uma estrutura e pessoas que façam isso. Trabalharemos cerca de oito horas por dia, como num emprego comum.

Essa ONG trabalharia com tudo, desde conseguir palestras, teatro em escolas, passar vídeos, organizar protestos, cursos de culinária [risos], feiras de adoção, criação de projetos de lei para abolir a escravidão animal, etc.

Agora, vejamos o que diz Juliana sobre o mesmo assunto:

O que eu penso é: a gente trabalhar na questão de formar grupos de estudos. Pra gente realmente entender essa questão dos direitos animais, de lei, de como funciona, da política, de como a gente pode mudar o que tá acontecendo. [...]

O grupo de estudo também é legal por quê? Porque [...] eu vejo muitos vegetarianos, depois de anos de vegetarianismo, larga por questão de gosto, de sentir falta, por questão de não cozinhar... Então o grupo também seria interessante nisso, de também ter um grupo de estudo pra acompanhar a questão das pessoas aprenderem a fazer comida.

[...] Não adianta falar: 'seja vegetariano', e não oferecer condições. E a partir desse grupo de estudo [...] a gente teria base pra ter ações melhores.

A propósito dessas falas das duas interlocutoras, uma das possibilidades de interpretá-las é considerar que uma das características dos projetos que querem implementar é a *difusão* dos ideais abolicionista, vegetariano e vegano.

Porém, não está presente em seus planos estabelecer uma comunicação de mão dupla com as pessoas que serão alvo das iniciativas do grupo. Ou seja, querem influir e transmitir o que acham importante, mas não dão a mesma prioridade, não reservam tempo igual, para ouvirem e serem influenciadas pelo público de seus projetos.

As origens teóricas desse comentário estão, em parte em aspectos básicos da antropologia clássica, e em outra parte nas linhagens contemporâneas listadas no início da

dissertação. Ou seja, na gradativa emergência de menções críticas, nos textos antropológicos, às determinações coloniais.

Entretanto, já que os projetos Animalistas têm como uma de suas pedras de toque especificamente a educação, não custa mencionar um clássico desta área acadêmica, também crítico direto do ensino colonizador.

Freire (1970) questiona a “educação bancária”, empenhada em “depositar” conteúdos nos estudantes. Propõe, em vez desse procedimento unilateral, uma troca de saberes entre educandos (geralmente detentores de conhecimentos populares) e educadores (possuidores de informações acadêmicas).

Porém, outro trecho da conversa com Juliana traz elementos diferentes do que fora questionado nesses últimos parágrafos:

[Penso em] estudar[mos] a questão de diversidade, porque conta muito a gente ficar falando assim: “ah, mas é cultura comer carne, cultura de sofrimento”.

Mas de que forma as pessoas vão poder tratar melhor os animais, parar de comer carne, [mas] dentro da cultura deles? [E] não ir lá e matar a cultura deles, vamos dizer assim. Não ter uma forma violenta [de o grupo educar sobre vegetarianismo].

Ou seja, ela demonstra preocupação com o respeito às características culturais de cada possível segmento-alvo das ações do grupo. Essa sua última fala mostra que seus pensamentos são então mais matizados e variados do que o quadro limitado de análise que pretendi pintar sobre seu discurso.

Contudo, nas visões das ativistas permanece como meta central tornar o público vegetariano. Assim, novamente não temos uma *troca* como finalidade, mas uma tentativa de tornar não agressivo um ensino que continua sendo de mão única.

A preocupação da militante lembra um dos mecanismos de atuação colonial, o da manutenção de prepostos oriundos do próprio grupo étnico objeto de dominação. Um dos exemplos dessa estratégia – o que mais conheço – é o das relações entre os Guarani, portugueses e espanhóis na colonização da porção centro-sul da América do Sul (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001).

Em todo caso, há que se fazer uma ponderação, mesmo a essa última crítica aos planos dos militantes. Afinal, não se trata, como grosso modo foi na colonização da América,

majoritariamente de homens, brancos, europeus, ricos (ou seus prepostos) e cristãos, tentando impor seu *modus operandi* a indígenas e negros de matrizes socioculturais bem diversas.

Mas sim de um grupo eminentemente composto por mulheres, pobres ou de classe média, pardas, do interior do Brasil, estudantes, assalariadas ou desempregadas, com ou sem religião. Ativistas essas que estão tentando divulgar noções que nem são majoritárias (nem nos países ricos nem no Brasil). E o fazem para conterrâneos igualmente ocidentalizados, e de mesma faixa etária.

Refletindo sobre esses vieses a favor e contra, talvez possamos concluir este tópico tal como Alonso (2009) comenta uma das vertentes teóricas sobre interpretação de movimentos sociais. Referindo-se a Calhoun (1995) – que critica as afirmações da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, alegando que seus propositores chamam de novas algumas características que já estariam presentes em movimentos de um século antes – Alonso pontua: “[...] a tese da novidade de agenda das mobilizações nas sociedades pós-industriais, mais culturais que econômicas, expressaria mais os óculos dos analistas que as motivações dos agentes.” (ALONSO, 2009, p. 70).

Ou seja, a impressão sobre os projetos dos Animalistas será otimista ou pessimista, dependendo do instrumental teórico que for mais usado para enxergá-la. Em sentido parecido, como me referi a Strathern (2006, p. 47), a exegese antropológica criaria um mundo paralelo ao real, e não uma representação pretensamente fidedigna dele.

Ou, como citado sobre Spivak (2010, p. 33), os intelectuais não repassam de modo transparente o que observam. Arrolamos Taussig (1993, p. 283-9) e Sá (2010, p. 180-1) no mesmo viés. Podemos mesmo relembra-los Geertz:

A antropologia, ou pelo menos a antropologia interpretativa, é uma ciência cujo progresso é marcado menos por uma perfeição de consenso do que por um refinamento de debate. O que leva a melhor é a precisão com que nos irritamos uns aos outros. (2008, p. 20).

No decorrer dessa seção – A VISÃO DE FUTURO DOS ANIMALISTAS –, ao fazer interpretações pendi para um viés consideravelmente crítico. Oferecendo então uma imagem pessimista dos almejos do grupo. Em relação a esse fato, relembro que no item PROXIMIDADE, DISTANCIAMENTO E ENVOLVIMENTO do Primeiro Capítulo, me referi a Tornquist (2007) e o enquadramento sociológico dos movimentos. Ali falei dos efeitos colaterais – as dores e desconfortos – dessa atividade de sociologização sobre uma causa na qual o próprio investigador acreditava.

Nesse sentido, gostaria de registrar que relatei a Juliana esses desconfortos, durante uma pausa naquele nosso *tête-à-tête* que estava sendo gravado. Estava preocupado com a

recepção que teriam do último trabalho que eu apresentara em Seminário local (ALMEIDA, 2011), também em tom crítico, e seria publicado nos anais eletrônicos do evento.

Ela respondeu algo como: **tento ver suas críticas como oportunidades para melhorarmos nossas ações; então, gostei muito do trabalho.**

Assim, sua fala me fez estranhar, distanciar e desnaturalizar aquele meu estado de espírito desconfortado. Ela me fez ver que é só porque eu estava continuando a ser admirador da estética da igualdade (admirador dessa estética, como assumi ao tentar justificar o esforço por empreender a autoria plural no sentido de buscar uma maior igualdade entre pesquisador e pesquisados); é só por essa constante preocupação com o equilíbrio que pude afligir-me com aquele pendor pessimista.

Nesse viés, também cogitei que é por Juliana ser tão apaixonada pela aplicação de igual estética da igualdade no que tange à relação humano-animal – paixão que gera constantes provações nas relações humano-humano, como revelam os hilários “causos” contados por ela e outros vegs na lida com suas famílias e lanchonetes não vegetarianas –, que se acostumou a encarar críticas à sua causa e a transformá-las em motivações (tal como sua última declaração acima) para avançar em sua luta.

Diga-se, de passagem, que já que me referi a esses causos, tratarei de expor e comentar dois deles no fim do próximo capítulo. Porém, neste momento mantenhamo-nos no assunto que vínhamos tratando, sobre as visões de futuro.

3.3 “PROTEÇÃO DE CÃO E GATO” *VERSUS* “VEGETARIANISMO”

Continua a conjecturar Juliana, sobre os projetos futuros do grupo: **Não sei se conseguiríamos entrar em escolas [de Ensino Fundamental e Médio] pra falar de vegetarianismo. Proteção de cão e gato a gente conseguiria fácil.**

Até porque [...] a Aspaan faz trabalho com o Colégio Ipê [Instituto Presbiteriano de Educação, um colégio particular em Goiânia]. Levam as crianças pra visitar o abrigo. Têm um trabalho de conscientização nesse sentido. Até uns cartazes, foram as crianças que fizeram.

Outro ponto a se questionar – com base na fala de Juliana, mas que se refere aos Animalistas, veganos e vegetarianos em geral que conheci – é que o vegetarianismo é visto

como a atuação *por excelência* na questão da opressão aos animais usados para alimentação. E não como *uma das possíveis estratégias* de ação.

Explicando melhor: conforme o movimento, o indivíduo parar de comer carne é visto como uma das estratégias para tentar influir no sistema de uso desses animais.

De acordo com Fabíola, participar de uma campanha na qual se vai a restaurantes e lanchonetes para sugerir-lhes que ofereçam pratos veganos como opção para seus clientes, é outra estratégia. Isso ocorreu em um grupo local da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB).

Contudo, o ponto a ressaltar é que o Animalistas parece dar uma importância muito maior a quem adota aquela primeira estratégia (tornar-se vegetariano ou vegano), do que quem pratica a última (demandar políticas públicas). Juliana, por exemplo, acha que não é possível uma pessoa ser abolicionista sem ser vegetariana (ou então, sem ser vegana).

Estas identidades, e as práticas a elas relacionadas, são vistas – conscientemente ou não – como um marcador, um traço diacrítico. O vegetarianismo ou o veganismo são vistos naturalmente como pré-requisitos para a atuação na seara do uso alimentar de animais. Estou remetendo aqui novamente a Barth (2000, p. 69-93), e especificamente ao capítulo *A identidade Pathan e sua manutenção*. Neste tomo, o autor analisa os elementos comportamentais centrais para o reconhecimento de um indivíduo como Pathan.

O raciocínio de seu arrazoado que quero relacionar à minha discussão é o segundo o qual os Pathan escolhem alguns traços de comportamento como marcadores de sua identidade, e relegam vários outros a menor importância.

Assim, semelhantemente ao caso do debate entre Neiva e Cristiane, mostrado no item ABOLICIONISMO E BEM-ESTAR ANIMAL, o contato com o Animalistas me deixou a impressão a seguir. A de que alguém praticante do vegetarianismo, mas não participante de nenhuma atividade que busque transformar pela via política a situação dos animais, é mais considerado que outra pessoa que não seja 100% vegetariana, mas bastante atuante em iniciativas políticas para mudar a estrutura de uso de não-humanos.

Todavia, deve-se reconhecer que o grupo tenta valorizar as ações coletivas. Tanto que, conforme relatei também no histórico do Animalistas, quando este se chamava Sociedade Vegetariana de Goiás (SVG), resolveu mudar seu nome para Sociedade Vegetariana e Defensora dos Animais (SVeDA).

De todo modo, mesmo procurando valorizar esse viés político, o vegetarianismo continua sendo considerado como critério inicial e fundamental do ativista típico do grupo. Esse processo de naturalização do boicote à carne (e também ao ovo e leite); de esta abstenção ser subentendida como básica e necessária, parece dificultar a entrada de novos

ativistas na vertente abolicionista. Esse aparentemente foi o caso de Cristiane e outras duas lactovegetarianas que tentaram adentrar o Animalistas em 2011.

3.4 OUTRAS INTERPRETAÇÕES

Quanto às declarações das interlocutoras ao longo de todo o capítulo, outra das possibilidades de interpretá-las seria considerar que seu conteúdo remete ao seguinte comentário de Clifford (1998). Baseando-se em Williams (1973), Clifford refere-se à “[...] *nostalgia crítica*, um modo (tal como Diamond (1974) argumenta sobre o conceito de primitivo) de romper com o presente hegemônico e corrupto através da afirmação da realidade de uma alternativa radical.” (CLIFFORD, 1998, p. 86, grifo do autor).

Também podemos relacionar as falas de Fabíola à *Nossa Modernidade*, de Chatterjee (2004), pois nesta

[...] é a nossa ligação com o passado que faz nascer o sentimento de que o presente precisa ser mudado, que é nossa tarefa mudá-lo. [...] Enquanto Kant, falando no momento fundante da modernidade ocidental, olha para o presente como o lugar para onde se escapa do passado, para nós é precisamente do presente que sentimos ter de escapar. Isso torna a própria modalidade de nossa lida com a modernidade radicalmente diferente dos modos desenvolvidos historicamente pela modernidade ocidental. (2004, p. 63-4).

Entretanto, os abolicionistas parecem geralmente querer escapar tanto do presente quanto do pretérito. Este, sem granjas, mas visto com ainda inúmeras formas de uso dos animais, não é algo que vangloriam. Assim, focam-se e sonham principalmente com um futuro no qual desejam, a seu modo, liberdade para os não-humanos e humanos.

Portanto, em resumo, neste capítulo, procurando representar textualmente um diálogo entre autor e colaboradoras; antropologia e direitos animais; estabelecemos as proximidades a seguir.

Um dos pontos abordados foi a relação entre, de um lado, a escravidão de animais, conforme a opinião das militantes; e de outro, conforme Taussig (1993) e Sá (2010), a descrição valorativa de paisagens. Assinalamos também um contraponto a esta noção, com base em Osório (2012). Pois, de acordo com esta, uma das tendências na seara da antropologia das emoções é sustentar que não-humanos podem ter emoções.

Outra relação foi a estabelecida entre a exploração de animais e a coisificação de pessoas no capitalismo (STRATHERN, 2006). Bem como a interação entre, de uma parte,

métodos comunicacionais ativistas mais diversificados, a construção de uma ONG; e de outra parte, a abordagem etnográfica do futuro (CLIFFORD, 1998).

Por fim, interpretamos com base em Clifford (1998) a recorrência de críticas a um presente encarado como corrupto. Mas com a especificidade, em comparação à modernidade não ocidental caracterizada por Chatterjee (2004), de procurar escapar não só desse presente, mas também do passado (tal qual o veem). Focando-se, portanto, eminentemente em visões próprias de um futuro melhor, no qual pessoas e animais sejam mais livres.

Levando em conta os três capítulos lavrados até este momento, temos de reconhecer que investiram quase todas suas energias na compreensão e análise das *ideias* animalistas. Se bem que suas reuniões, que etnografamos, podem ser consideradas antropologicamente como atividades práticas.

Porém, “ativisticamente”, encontros e debates não são especialmente o que consideram como ações. Procurando seguir essa visão dos militantes, tratemos de oferecer ao leitor um pouco de tais atuações especificamente políticas, coletivas e públicas.

4 “NESTE NATAL NÃO COMA O PRESÉPIO! TORNE-SE VEGETARIANO!” – ETNOGRAFANDO ATIVIDADES DE ABOLICIONISTAS E VEGETARIANOS

Focaremos aqui em um dos atos públicos dos quais o Animalistas participou. A denominação do evento é a que intitula este capítulo. Trata-se da única ação entre 2010 e 2012 que foi, ao mesmo tempo, pública e exclusivamente organizada e implementada pelo coletivo. Desenvolveu-se um pouco antes do Natal de 2010, dia 19 de dezembro.

Com base no trabalho de campo, e tendo em mãos uma descrição do ato, proponho uma reflexão sobre certas especificidades de tais pessoas – em termos de buscar agir de acordo com suas noções próprias de libertação animal e humana; de procurar independência em suas relações com as esferas familiar, de trabalho, Estado e partidos políticos.

O ato acima mencionado tem caráter especificamente coletivo, planejado e extracotidiano. Complementemo-lo então com a exposição, em seções subsequentes, de duas situações individuais e do dia a dia. Como prometido no capítulo anterior, observaremos dois casos ocorridos com vegetarianos durante suas refeições. Os ocorridos contribuirão para conhecermos as fricções sociais nas quais essas pessoas se envolvem rotineiramente. Ou seja, para mais compreendermos o desenrolar da política em seus cotidianos.

4.1 O ATO *NESTE NATAL...*

De início, proponho interpretar o ato como dividido em duas principais etapas: sua preparação e a execução. A preparação aconteceu pela internet, através da comunidade do grupo, no Orkut. E também em encontros ocasionais, como no restaurante vegano *Loving Hut*, no Jardim América. Este é um bairro de classe média alta, ocupado majoritariamente por casas residenciais, e a meia distância do Centro.

A ideia para a mobilização foi fazer alguma comida vegana e distribuí-la gratuitamente, bem como um panfleto (Imagem 1, abaixo). O intuito era divulgar o vegetarianismo e mostrar que ele poderia ser uma dieta saborosa e que permitisse às pessoas viver sem matar animais.

Imagem 1: Panfleto distribuído durante o ato:



A execução ocorreu na Feira do Sol. Ela acontece aos domingos à tarde, na praça que leva o nome do mesmo astro, no Setor Oeste. O local não foi o planejado inicialmente para a atividade.

Conforme Fabíola, procuraram algum lugar mais movimentado e popular, como o cruzamento da Avenida Goiás com a Av. Anhanguera, no Setor Central. Mas, de última hora, como o evento acabou ficando para um domingo à tarde, concluíram que não haveria praticamente ninguém passando por tal cruzamento. Então decidiram ir para a referida praça. Esta foi vista, pela militante, como um ponto frequentado principalmente por pessoas de classe média e alta. Portanto, não tão interessante.

Esse desinteresse refere-se a um posicionamento mais ou menos presente no grupo, a respeito de suas buscas por uma sociedade mais igualitária e menos centrada nos estratos mais abastados.

A noção de Magnani (2005), de *circuitos de jovens*, pode nos auxiliar aqui. Ele utiliza-a para abordar “o tema dos jovens e suas práticas”:

O que se pretende é chamar a atenção (1) para a sociabilidade, e não tanto para pautas de consumo e estilos de expressão ligados à questão geracional, e (2) para as permanências e as regularidades, em vez da fragmentação e do nomadismo. (2005, p. 1).

No caso desse ato, é possível perceber que o grupo, apesar de tentar ter uma atuação de caráter mais popular, em situações de restrição de tempo e recursos acaba por utilizar-se de

lugares mais conhecidos por seus integrantes ao longo de suas vidas. Ao longo de seus circuitos pelos quais transitaram e transitam na cidade. Esses circuitos guardam conexões – não necessariamente deterministas, mas em termos de influências – com as classes sociais às quais os ativistas pertencem em sua maioria.

Por volta de metade do grupo compareceu: Fabíola, Ricardo, Laura, Renata e Luís. Este último não é membro do coletivo, mas filho de Renata, e tem cerca de sete anos de idade.

A atividade se iniciou com a colocação, no centro da praça, de uma das fôrmas de torta vegana salgada – em mesas plásticas trazidas pelos militantes. Em torno dela, passaram a entregar panfletos às transeuntes. Os convidaram também para experimentar o alimento. Parte do público mostrou-se receptiva, seja sorrindo e achando o *slogan* do ato engraçado, ou se interessando pela degustação e fazendo elogios à iniciativa.

Alguns pararam para conversar por mais tempo. Estas conversas me pareceram ser uns dos principais momentos geradores de motivação nos ativistas. Pois ouvem relatos das tentativas, impetradas por vários desses frequentadores da praça, de adotar uma dieta vegetariana. Bem como histórias de gatos e cachorros resgatados das ruas, etc.

Outro aspecto que superou as expectativas dos Animalistas foi a receptividade à comida vegana: as cerca de quatro formas oferecidas se acabaram antes do pôr do sol. Quase no fim do evento, chegam de bicicleta outras duas integrantes: Neiva e Sílvia. Esta é irmã daquela e de Leila, e tinha 19 anos. Igualmente a Neiva e Leila, é vegana e reside na mesma casa. Também terminava o Ensino Médio em um colégio público.

Estavam apenas de passagem, indo a uma feira de trocas que estava ocorrendo em um setor próximo. Faziam-se acompanhar de três amigos e do companheiro de Neiva. Todos relacionados ao circuito anarco-*punk* goianiense – se bem que parte deles, como esta última moça, prefere não se autointitular nesses termos –, em suas *bikes* e roupas geralmente simples, bastante usadas e em cores escuras. Ajudaram o pessoal que iniciou o ato a desmontar e levar as mesas e demais apetrechos de volta aos carros nos quais os tinham trazido.

4.2 INTERPRETANDO O ATO

A respeito do acontecimento como um todo, uma das interpretações que ofereço é a segundo a qual o ato parece ter gerado mais resultados para o grupo do que para o público com o qual interagiu.

Ou seja, estimulou a integração dos membros do Animalistas, empolgou-os para fazerem novas reuniões e atividades; permitiu perceberem o que deve ser mantido ou mudado para que um próximo ato seja mais eficiente; etc. Por outro lado, cada pessoa do público em geral teve um contato de duração bastante curta com o grupo. Ao que tudo indica, nenhuma dessas pessoas passou a frequentar as reuniões do Animalistas. Nem a desenvolver alguma relação cotidiana com esses ativistas.

A inspiração para essa análise vem das considerações de Turner (1957, capítulo X) sobre a função politicamente integrativa dos rituais. Tal conexão com o pensamento turneriano fora por mim esboçada, em Almeida (2010a, p. 6). Assim, de modo próximo ao que aponte ali – quanto a outro evento, de outro grupo: a inauguração de um Projeto chamado Repensar –, o ato *Neste Natal...* gerou uma reafirmação nos indivíduos de seus ideais e práticas.

Tal como nos casos do grupo étnico africano Ndembu analisado por Turner, o acontecimento “atraiu mais estreitamente” (TURNER, 1957, p. 315-6, tradução nossa) os indivíduos do grupo. Também fez um importante “restabelecimento de valores” que em alguns ativistas “estavam começando a cair em desuso”; e “ofereceu uma fonte de prestígio alternativa àqueles com limitada autoridade na vida secular.” (p. 315-6, tradução nossa).

Outro referencial interpretativo possível de se mencionar é Simmel (1987 [1902]). A princípio, convém frisar que 110 anos nos separam. Assim, as sensíveis diferenças quanto ao modo contemporâneo de fazer ciências sociais – como na linguagem, estilo argumentativo, e influências de conhecimentos da medicina da época – não devem nos entreter a ponto de perdermos o foco no conteúdo de suas análises.

Para ele, em contraste com as pequenas cidades, nas metrópoles as interações sociais entre cada indivíduo e aqueles que cruzam seu caminho ao longo do dia tendem a ser mais numerosas e efêmeras (p. 15-6). Um dos fenômenos relacionados a esse estilo de vida metropolitano, que o autor considera ocorrer, é a *atitude blasé*.

Ela

[...] resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. [...] A essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar. Isto não significa que os objetos não sejam percebidos, [...] mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância. (1987, p. 15-6, grifo do autor).

Algo próximo a essa lógica parece operar tanto na maneira de atuação dos ativistas na manifestação, quanto no modo como o público a recebeu. Em outras palavras, cada

militante dedicou relativamente pouco tempo a cada uma das inúmeras pessoas que cruzaram a praça. Por sua vez cada uma destas, sendo estimulada por várias outras atividades durante a feira – e em suas vidas, enfim –, também dedicou pouco tempo aos Animalistas.

Anotemos uma interpretação adicional sobre o evento. O grupo parece focar mais nos meios que nos fins (resultados) de suas atividades. Ou seja, preferem fazer uma atividade pequena e sem pedir recursos a empresas, partidos, Estado e – no mais das vezes – nem a suas famílias; do que uma maior, mas dependente dessas instituições.

A única exceção em termos familiares foi Ricardo: sua mãe se dispôs a fazer as tortas que foram distribuídas. Assim, os militantes utilizaram recursos próprios – a popular “vaquinha” – para custear os ingredientes do alimento servido e os panfletos. E, apesar de nem todos os ativistas serem veganos, foi consenso de que a comida oferecida deveria sê-la. Pois uma refeição vegana é vista como melhor, em termos do impacto que gera nos animais, que uma ovolactovegetariana.

Nesse sentido, o perfil do grupo se aproxima da *ética da convicção*, mais que quanto à da *responsabilidade*. Elas foram tipificadas por Weber:

[...] há oposição profunda entre a atitude de quem se conforma às máximas da ética da convicção – diríamos, em linguagem religiosa, “O cristão cumpre seu dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus” – e a atitude de quem se orienta pela ética da responsabilidade, que diz: “Devemos responder pelas previsíveis conseqüências de nossos atos.” (1983, p. 113).

Isto é, o Animalistas tende a optar por um ato no qual a maioria dos passos de sua preparação é realizada seguindo o princípio da autonomia frente a outras instituições. Boa parte de seus militantes prefere tal estratégia; em comparação a, caso negociassem com tais instâncias, ganhar escala e atingir mais pessoas.

De acordo com todo o exposto, podemos interpretar a existência de uma interação/tensão entre a tentativa do grupo de buscar autonomia em suas ações, e as condições práticas que dificultam a execução de tais ideais. Essas dificuldades, porém, não impediram a execução do ato e das reuniões. E aparentemente estimula-os a continuar a participar de atividades e planejar outras para o futuro.

Vejam agora dois casos que nos ajudam a conhecer os desafios enfrentados no dia a dia por vegetarianos como os Animalistas. A segunda situação não é de algum membro do grupo. Contudo, ficou bastante marcada em minha memória, pelo tom engraçado com o qual me foi contada.

Não conseguirei, é certo, transmitir ao leitor a hilaridade provocada pelas narrativas e pela nuance de voz dos interlocutores. Além de assumir minhas limitações em termos de habilidade literária, é possível lançar mão de um referencial para justificar esse descompasso. Como assume Velho (2003b), uma das maiores dificuldades em antropologia é transmitir, através de palavras, o “clima” de uma situação, de um ambiente etnografado.

Conforme o autor, “a sucessão dos fatos no tempo, o número de participantes, a reconstituição das interações, são etapas fundamentais mas, quase sempre, fica-se com a sensação e/ou sentimento de que falta algo crucial.” (2003b, p. 13). De todo modo, mesmo cientes dessas restrições, iniciemos os relatos.

4.3 UMA SITUAÇÃO EM UM RESTAURANTE

Ricardo estava comendo no Restaurante Universitário da UFG. Um rapaz que estava almoçando ao lado dele, e em cuja bandeja havia carne, provocou-o: *‘minha comida defeca na sua...!’*. Um tempo depois, o vegano retrucou: *‘e o que eu defeco é mais limpo do que o que você come...’*.

Com essa assertiva, Ricardo estava possivelmente mobilizando de modo humorístico um dos argumentos veganos para o boicote ao consumo de carne: o de que este produto passaria por processos de preparação repugnantes, e até mesmo contaminantes.

Em conexão com essa suposição, Dias (2009) comenta que os padrões sanitários da indústria de proteína animal possuem diferenças quanto ao que os consumidores aceitariam caso tivessem conhecimento dos processos de seleção das carnes. A autora ilustra essa avaliação expondo algumas diretrizes para aproveitamento, nos abatedouros, de partes de animais doentes, conforme a regulamentação oficial brasileira:

[...] Art. 184. Glossites - Condenam-se tôdas as línguas portadoras de glossites.

§ 1º Nos casos de lesões já completamente cicatrizadas, as línguas, [sic] podem ser destinadas à, salsicharia, para aproveitamento após cozimento e retirada do epitélio.

§ 2º É proibido o enlatamento dessas línguas, mesmo quando apresentem lesões cicatrizadas.

[...] Art. 225. Linfadenite caseosa - Nos casos de linfadenite caseosa obedece-se ao seguinte critério:

[...] 5 - carcaças de animais magros, mostrando lesões bem pronunciadas das vísceras, acompanhadas de lesões discretas de outras partes, como também as que mostram lesões pronunciadas dos gânglios, ao lado de outras lesões discretas, podem ser esterilizadas pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas. (DECRETO nº 24.550, de 1934 apud DIAS, 2009, p. 44).

Conforme Dias, este Decreto seria modificado por outro, de 1952, e posteriormente por adendos, mas até hoje se manteria em linhas gerais esse tipo de aproveitamento parcial de animais que apresentem certas moléstias. E uma parcela desses pedaços é vendida para consumo humano, geralmente na forma de empanados, embutidos e enlatados.

Tratemos agora de outra situação em um momento de refeição. Nela, o uso de termos aparentemente não problemáticos por pessoas com uma dieta “comum” gerará um sentimento de indignação em um vegetariano, permitindo-nos tecer considerações sobre o tipo de relação social que estas pessoas costumam almejar ao se relacionar com os outros segmentos sociais.

4.4 OUTRA SITUAÇÃO DURANTE UMA REFEIÇÃO

Uma vez eu estava em um congresso. No alojamento onde nos instalamos, um homem estava distribuindo as quentinhas que iríamos almoçar. Uma parte delas era vegetariana; a outra, com carne.

Aí ele ia a uma pessoa e perguntava qual ela ia querer. Falava desse jeito: “você quer a normal ou a vegetariana?”. Ia a outra, e a mesma coisa: “normal ou vegetariana?”

Aí eu fui me irritando com aquilo [o interlocutor ri e fala em tom de indignação], e acabei falando pra ele: meu senhor, não é ‘normal ou vegetariana’... é ‘convencional ou vegetariana...’ (informação verbal, grifo do autor [Luan])³⁶.

Luan é vegetariano. Músico, residente em Goiânia, tem cerca de 31 anos. É hinduísta. Não participa de nenhum grupo de ativismo, mas conhece o pessoal. Essa história verídica, contou quando almoçávamos no restaurante Estação do Açaí³⁷. Este é um dos mais conhecidos pontos de encontro, na capital, de quem se abstêm de carne. Ou simplesmente quem procura um almoço mais natural, “leve” e integral. E, de acordo com Fabíola, neste restaurante os pratos-feitos do meio do dia sempre são veganos.

A respeito da interação entre o restaurante e o perfil de seus clientes, poderíamos mencionar Magnani (2005) e sua noção de *point* como ponto urbano de encontro de pessoas com preferências similares. Mas uma análise social através de categorias espaciais, ao modo dele em tal artigo, não é meu foco. Vou me referir ao antropólogo uspiano, em parágrafo adiante, mas em outro sentido.

³⁶ Anotação da fala de Luan, em 24/07/10.

³⁷ Ele situa-se na Rua Quatro, no Centro, uma via ocupada principalmente pelo comércio varejista. Próximo ao restaurante há várias lojas de produtos naturais, também frequentadas por vegetarianos.

Voltando a falar sobre o encontro com Luan, registro que não tínhamos previamente marcado de nos vermos. Naquele dia, eu precisava encaminhar o trabalho de uma disciplina do Mestrado, e simplesmente fui ao restaurante. Sabendo que provavelmente encontraria colegas: eu já era relativamente conhecido nos meios veg e de ativismo animal goianiense.

Como visto no caso contado pelo músico, e como ouvi de outros defensores, as refeições são um dos principais momentos em que seus nervos são postos à prova. Todavia, são não raro os instantes responsáveis por sensível parte das conversões ao vegetarianismo, conforme Breno, ex-integrante do Animalistas. É entre uma garfada e outra que algumas pessoas se tornam militantes da causa.

Esse foi, por exemplo, o caso de Peter Singer. Citado pelos ativistas da capital goiana como um dos principais teóricos de defesa de animais, revela-nos (SINGER, 1989) que passou a se interessar pelo assunto por acaso. Estava almoçando junto a um vegetariano desconhecido, e este teve disposição de responder a perguntas do filósofo e explicar-lhe por que não consumia carnes.

Agora, retornando à anedota de Luan, cuidemos de articular a interpretação que farei sobre ela às considerações finais do capítulo anterior, fazendo uma amarração entre ambas.

4.5 INTERPRETANDO A SEGUNDA SITUAÇÃO E REARTICULANDO CONSIDERAÇÕES

Antes de analisar o último caso, contribuirá para esse intuito sumarizar uma distinção epistemológica sugerida por Magnani (2005). Como citamos na análise do ato *Neste Natal...*, Magnani, ao tratar das sociabilidades juvenis urbanas, procura captar seus aspectos de permanências e regularidades. Em vez dos de fragmentação e nomadismo, enfatizados, segundo o autor, nas perspectivas de Maffesoli (1987) e Feixa (1998).

Nesse sentido, estes dois abordariam os comportamentos dos jovens a partir das noções de *tribos urbanas* e *culturas juvenis*, respectivamente. Em direção oposta, Magnani aciona a de *circuitos de jovens*, para sublinhar o que ele procura captar: as regularidades.

Pois bem. A explanada ênfase epistemológica magnaniana pode nos ajudar a compreender uma das demandas dos vegs. Afinal, tais quais Luan, desejam antes estar integrados à “sociedade envolvente” – pego o termo arcaico de empréstimo à etnologia indígena de décadas atrás –, do que usar suas peculiaridades como instrumentos para ganhar visibilidade (como indivíduos diferenciados).

Sim, é claro que o tipo de integração que almejam é o no qual as outras pessoas não só respeitam vegetarianos, mas também assim se tornam. Todavia, talvez ao perceberem a impossibilidade de ver o almejo realizado no curto prazo, concluem que o respeito a sua opção alimentar é o mínimo que tolerariam, e o máximo que podem ter esperança de conseguir dos demais na atualidade.

Ou seja, não se trataria de um movimento “separatista”, mas integracionista. Todavia, não uma integração de coexistência pacífica e indiferente em meio a distintos modos de relacionamento com animais. Afinal, consideram que o comer carne não é mera opção individual a ser respeitada. Mas um ato que interfere de modo grave na liberdade de seres considerados eticamente relevantes. Isto é, interferiria nos não-humanos através de sua prisão, sofrimento e assassinato.

Essa interpretação foi esboçada em Almeida (2010a e 2010b), com base em Magnani (2005). Posteriormente, o foi novamente nas partes finais de Almeida e Duarte (2011a e 2011b), fundamentadas em Clifford (1998) e Chatterjee (2004). Esses dois derradeiros trabalhos de nossa autoria (ALMEIDA e DUARTE, 2011a e 2011b) foram reformulados para compor os Capítulos de número Um a Três.

Assim, como vimos no Terceiro Capítulo, conforme analogia a Clifford, os defensores aqui tratados também procuram romper com um presente considerado corrupto através da afirmação radical de uma alternativa. E, consoante à formulação chatterjeeana sobre o tipo específico dos cidadãos de países colonizados geralmente encararem a modernidade, os interlocutores também procuram escapar do presente. Focando-se, no caso dos defensores, na construção de um futuro no qual os animais estejam libertos.

Entretanto, há diferenças quanto à ideia de Chatterjee sobre a idealização do passado existente nesses povos que foram colônias. Conforme Fabíola, os abolicionistas não veem o pretérito com orgulho, pois nele os não-humanos também eram explorados. No mesmo sentido, apesar da alegação de alguns militantes de que a humanidade era vegetariana em seus primórdios, conforme Fabíola não se preocupam centralmente em saber ou provar historicamente se *foi* assim mesmo. Enfatizam, isso sim, que seria possível e viável um *presente e futuro* sem qualquer consumo ou uso de animais. Oferecem seus próprios corpos, refeições e estilos de vida como exemplos vivos dessa viabilidade.

Este capítulo procurou, como visto, empreender uma jornada exploratória inicial sobre a dimensão mais costumeiramente chamada de prática nos cotidianos abolicionistas e vegetarianos goianienses. Vamos agora sumarizar o que foi abordado ao longo de todas as páginas desse volume.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abri o Capítulo Um, Considerações Metodológicas, assumindo que me permitiria certa liberdade de transitar entre paradigmas clássicos e contemporâneos. Para ficar mais à vontade ao tentar transmitir ao leitor, de acordo com o que pude interpretar, as falas, modos de conceber e viver dos interlocutores.

Quanto ao desafio sobre como representar os defensores, os outros tópicos do Capítulo mostram como se deu o processo de interação com os pesquisados. Esse processo desembocou na negociação, junto a duas dessas pessoas, para a elaboração de trechos do trabalho em coautoria e dialogia. Durante as revisões feitas por essas ativistas, consubstanciou-se a restituição etnológica.

Procurei ouvir o Animalistas antes de decidir se usaríamos essas técnicas contemporâneas. E, como vimos, eles não demonstraram preocupação quanto a escolher representantes que falariam em nome do grupo. Ou seja, não viram o problema da representação sinedóquica como um impedimento à exposição escrita de ideias presentes no coletivo.

Na sequência, quanto à interação do pesquisador com os interlocutores alinhavamos referenciais teóricos e argumentações sobre as precauções e alcances permitidos pelo estudo de um grupo familiar ao antropólogo.

No Segundo Capítulo, tivemos uma prévia sobre as vertentes do movimento de defesa de animais, tais quais expressas pelas falas do Animalistas. Vimos também descrições êmicas sobre termos que consideram significativos diante do problema dos animais. Tal foi o caso das distinções entre posturas políticas, e entre dietas a elas relacionadas. Nesse sentido, as diferenciações entre abolicionismo e bem-estar; e as entre onivorismo, vegetarianismo e veganismo, foram mostradas tendo como ponto de partida debates ocorridos nas próprias reuniões do grupo.

No Capítulo Três consideramos especialmente que o que os ativistas veem como descrições factuais das condições dos animais pode ser visto, em termos antropológicos, como interpretações. Porém, mostramos que alguns destes profissionais escrevem num rumo diverso do relativístico. Argumentando academicamente em favor da possibilidade de não-humanos sentirem dor e outros estados emocionais. Reaproximando-se, assim, das conclusões dos militantes.

O Quarto Capítulo, em tom crítico, propõe refletirmos sobre certas diferenças. Como a entre, de um lado, a intenção de divulgação da causa, almejada pelo Animalistas. E, de outro lado, os resultados do ato *Neste Natal...*, apreendidos etnograficamente como mais impactantes no próprio grupo que no público com o qual se sociabilizou. Em seguida, a situação de Ricardo em um restaurante foi apontada em conexão com uma das críticas dos vegs ao consumo de carne: a suposta repugnância e contaminação às quais estariam vulneráveis esses pedaços de proteína animal. Em outro sentido, o caso de Luan foi analisado como indicador da tendência integrativa dos partidários da causa animal. Mas procuram um tipo de integração que tem suas especificidades: através do desejo de mudança da sociedade rumo ao vegetarianismo (e, idealmente, ao veganismo), e não uma mera coexistência com consumidores de produtos de origem animal.

A diversidade de informações e opiniões, inclusive internamente ao grupo destacado, o Animalistas, permite considerarmos que não contribuiria tanto tentarmos unificar toda essa complexidade numa interpretação geral. Isto é, formulada em algumas linhas ou parágrafos, e que pretendesse se mostrar válida para todos os casos e opiniões elencados.

De todo modo, encarar o movimento como marcadamente complexo e diversificado *também* pode ser encarado, paradoxalmente, mais como uma *interpretação* do pesquisador que uma consonância com a situação estudada. Ou seja, tratar os ativistas como bastante heterogêneos poderia ser criticado, como nos termos de Alonso (2009, p. 70), como uma conclusão que refletiria mais os óculos do pesquisador do que o caso empírico.

E tentar o oposto – extrair regularidades, como a do ovolactovegetarianismo funcionando como marcador identitário mínimo e indispensável ao reconhecimento de qualquer ativista, pelo Animalistas – é tanto válido quanto questionável, como indica o arrazoado do penúltimo parágrafo. Afinal, tentar frisar as regularidades, e procurar formulações iniciais sobre padrões de comportamentos, também não faria jus à diversidade de opiniões, atitudes e situações apresentadas.

Por fim, tendo em vista os vários pontos mencionados de relance que não chegaram a ser aprofundados, bem como a suposta diversidade dos sujeitos de estudo – das quais tivemos aqui uma preliminar amostra –, expresse meu interesse em dar continuidade a esta pesquisa, em nível de Doutorado. Demonstro também disposição para dar seguimento a debates e contribuir trocando experiências e contatos com outros interessados em iniciar ou prosseguir pesquisas relacionadas ao tema tratado.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Akbar. The Swat pathans and the theory of games. E: Models and method in anthropology. In: _____. *Millenium and charisma among Pathans*. London: Routledge, 1976. p. 21-31 e 130-141.
- ALMEIDA, Igor C. F. Jovens urbanos(as) vegetarianos(as) em Goiânia: dramas sociais e rituais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFG, 1., 2010, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Goiânia: PPGAS, PPGS, FCS e Funape, 2010a. p. 257-267. Disponível em: <http://ftp://ftp.ufg.br/anais/anais_I_seminario_fcs.pdf.zip>. Acesso em: 31 jul. 2012.
- _____. Práticas espaciais de jovens urbanos(as) vegetarianos(as) na metrópole goianiense. In: SEMINÁRIO DAS METRÓPOLES: CIDADES E PRÁTICAS ESPACIAIS: DIFERENTES DINÂMICAS EM METRÓPOLES BRASILEIRAS NACIONAIS E REGIONAIS, 1., 2010, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Goiânia: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da UFG, 2010b. p. 1-10. 1 CD-ROM.
- _____. “Neste Natal não coma o presépio! Torne-se vegetariano!”: etnografia deste ato público do grupo de “libertação animal” denominado Animalistas de Goiânia. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFG, 2., 2011, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Goiânia: PPGAS, PPGS, FCS e Funape, 2011. p. 1-5. Disponível em: <http://anais.cienciassociais.ufg.br/uploads/253/original_Igor_Cirilo_Faria_Almeida.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2012.
- ALMEIDA, Igor C. F.; DUARTE, Fabíola R. “Defensores(as)” de animais: estudo de algumas de suas principais ideias em Goiânia. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC), 63., 2011, Goiânia. *Anais eletrônicos...* São Paulo: SBPC, 2011a. p. 1-5. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-igor-cirilo.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2012.
- _____. Ideias de jovens “defensores(as)” de animais em Goiânia. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: SUBALTERNIDADES, TRÂNSITOS E CENÁRIOS, 2., 2011, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Goiânia: PPGAS, PPGS e FCS: 2011b. p. 1-13. Disponível em: <<http://anais.cienciassociais.ufg.br/>>. Acesso em: 05 set. 2012.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*: São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- BAHR, Donald M.; GREGORIO, Juan; LOPEZ, David I.; ALVAREZ, Albert. *Piman Shamanism and staying sickness*. Tucson: University of Arizona Press, 1974.
- BARTH, Fredrik. A identidade Pathan e sua manutenção. E: Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 69-93.
- _____. *Political leadership among Swat Pathans*. London: University of London: Athlone Press, 1959.

BULMER, Ralph N. H.; MAJNEP, Ian S. *Birds of my Kalam country*. Auckland: Auckland Univ. Press, 1977.

CARVALHO, José J. de. Poder e silenciamento na representação etnográfica. *Série antropologia*, Brasília, n. 316, p. 1-21, 2002. Disponível em: <<http://nrserver34.net/~danunb/doc/Serie316empdf.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2012.

CALHOUN, C. “New social movements” of the early nineteenth century. In: TRAUGGOT, M. (Ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995. [sem indicação de paginação do capítulo].

CHATTERJEE, Partha. Nossa modernidade. E: A nação em tempo heterogêneo. In: _____. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 43-95.

CLIFFORD, James. Sobre a Autoridade Etnográfica. E: Sobre a Alegoria Etnográfica. In: _____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. p. 17-99.

CUNHA, Luciano C. Coisas que possuem mente. *Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA)*, São Paulo, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/2009/04/12/coisas-que-possuem-mente/>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DIAS, Juliana V. G. *O Rigor da Morte: a Construção Simbólica do “Animal de Açougue” na Produção Industrial Brasileira*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Unicamp, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000438679&opt=4>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana L. C. da. Etnografia: Saberes e Práticas. In: PINTO, C. R. J.; Guazzelli, C. A. B. *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2008. p. 1-23. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301/5371>>. Acesso em: 05 set. 2012.

FEIXA, Carles. *De Jóvenes, Bandas y Tribus: Antropología de la Juventud*. Barcelona: Ariel, 1998.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: _____. *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*. Trad.: Donald F. Bouchard; Sherry Simon. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1977. p. 205-217.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Petrópolis: Paz e Terra, 1970.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1989].

GREGORY, Christopher A. *Gifts and commodities*. London: Academic Press, 1982.

GROSSI, Miriam P. A dor da tese. *Ilha*, Florianópolis, v. 6, n. 1 e n. 2, p. 221-232, jul. 2004. Disponível em: <<http://journal.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/16680/15274>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

HARE, Richard M. Why I Am Only a Demi-Vegetarian. In: _____. *Essays on Bioethics*. Oxford: Clarendon Press, 1993. p. 219-35.

LANGER, Susanne K. K. *Philosophy in a New Key*. Cambridge: Harvard University Press, 1942.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo Hoje*. São Paulo: Abril Cultural, 1980 [1963]. Col. Os Pensadores.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

MAGNANI, José G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005. Não paginado. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun. 2010.

MEAD, Margaret. *Adolescência y Cultura en Samoa*. 3. ed. Buenos Aires: Paidós, 1967.

MIRANDA, Gilberto. *Os animais vão salvar a sua pele: ou melhor: o seu emprego*. São Paulo: Landscape, 2004.

OSÓRIO, Andréa. Gatos também amam! Uma análise das perspectivas de protetores de gatos de rua. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28., 2012, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: ABA, 2012. p. 1-20. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/rba/arquivos/31_3_2012_11_11_50.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2012.

PAULINO, Carlos A. A. *Conflitos e interesses acerca do controle da experimentação animal no Estado de São Paulo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Unicamp, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000439146&opt=4>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

PEIRANO, Mariza G. S. O encontro etnográfico e o diálogo teórico. In: *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: UnB, 1992. p. 131-146.

PRICE, Richard. Meditação em torno dos usos da narrativa na antropologia contemporânea. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 293-312, jan./jun. 2004.

_____. *Alabi's World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.

_____. *First-Time: The Historical Vision of an Afro-American People*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

RAPCHAN, E. S.; NEVES, W. A. Chipanzés não amam! Em defesa do significado. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 649-98, 2005a.

REGAN, Tom. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos Direitos Animais*. Porto Alegre: Luga-
no, 2006.

ROJO, Luiz F. Rompendo Tabus: a subjetividade erótica no trabalho de campo. *Jornal Olho Nu*, [S.l.], p. 1-20, 2003. Disponível em: <<http://www.jornalolhonu.com/imagem/132/Rompendo%20Tabus%20-%20a%20subjetividade%20er%C3%B3tica%20no%20trabalho%20de%20campo.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2012. [Publicado posteriormente em: *Cadernos de Campo*, São Paulo, ano 13, n. 12, 2004. p. 41-56.]

SÁ, Guilherme J. da S. e. “Abraços de mono”: elos perdidos e encontros intersubjetivos em etnografia com primatólogos no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p. 179-211, Abr. 2010.

SALVADOR, Juan. Une forme de sacralisation de la nature: les mouvements de défense des animaux. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 85-112, dez. 2001.

SENA, Custódia S. Em favor da tradição ou falar é fácil, fazer é que são elas. *Série Antropologia*, Brasília, n. 63, p. 1-16, 1987.

SHOSTAK, Marjorie. *Nisa: the life and words of a !kung woman*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Trad.: Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 [1902]. p. 11-25.

SINGER, Peter. *Vida Ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

_____. *Libertação Animal*. [S.l.: s.n.], 1989. [Versão eletrônica]. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/krXqFFj3/libertao_animal_-_peter_singer.htm>. Acesso em: 01 jul. 2012.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo horizonte: UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da dádiva*. Campinas: Unicamp, 2006.

TAMAYO, Joaquín. Don Gonzalo Ximénez de Quesada. *Boletín de historia y antiquedades*, Bogotá, n. 25 (285-6), p. 468-9, 1938.

TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem selvagem*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais: 1500-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa-Nãndeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

TORNQUIST, Carmen S. Vicissitudes da subjetividade: auto-controle, auto-exorcismo e limitabilidade na antropologia dos movimentos sociais. In: BONETTI, A.; FLEISCHER, S. (Org.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Ed. das Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 41-72.

TURNER, Victor W. *Schism and Continuity in an African Society: A Study of Ndembu Village Life*. Manchester: Manchester Univ. Press, 1957.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a. p. 11-19.

_____. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. In: *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003b. p. 11-30.

_____. Observando o familiar. In: _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 121-132.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O campo na selva, visto da praia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 170-190, 1992.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Brasília: UnB; São Paulo: Cultrix, 1983. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/86167090/Max-Weber-A-politica-como-vocacao>> e <http://books.google.com.br/books?id=Uvm6zVyYCYsC&printsec=frontcover&dq=weber+ci%C3%Aancia+e+pol%C3%ADtica&source=bl&ots=8utmLi1UYU&sig=70md_3M0nsYUmybDisPX20IAyle&hl=pt-BR&sa=X&ei=HdMTUKXvH6Wx0QHb6YDIDQ&ved=0CDYQ6AEwAA#v=onepage&q=%C3%A9tica%20da%20convic%C3%A7%C3%A3o&f=false>. Acesso em: 28 jul. 2012.

WIKCIONÁRIO. Verbete “Veganismo”. Disponível em: <<http://pt.wiktionary.org/wiki/veganismo>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

WIKIPÉDIA. Verbete “Veganismo”. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Veganismo>>. Acesso em: 18 fev. 2011a.

_____. Verbete “Especismo”. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Especismo>>. Acesso em: 18 fev. 2011b.

_____. Verbete “Direitos dos animais”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_animais>. Acesso em: 21 fev. 2011c.

_____. Verbete “Senciência”. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Senci%C3%Aancia>>. Acesso em: 21 fev. 2011d.

WILLIAMS, Raymond. *The Country and the City*. Londres: Chatto and Windus, 1973.

FILMOGRAFIA

A CARNE é fraca. Direção: Denise Gonçalves. Produção: Instituto Nina Rosa (INR). Roteiro: D. Gonçalves. São Paulo: INR, 2004. 1 DVD (54 min).

NÃO MATARÁS: os animais e os homens nos bastidores da ciência. Direção: Denise Gonçalves. Produção: INR. Roteiro: D. Gonçalves. São Paulo: INR, 2006. 1 DVD (65 min).

TERRÁQUEOS (*Earthlings*). Direção: Shaun Monson. Produção: Nation Earth. Burbank (Califórnia, EUA): Nation Earth, 2005. 1 DVD (95 min). Disponível em: <<http://www.earthlings.com/>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

APÊNDICE

LISTA DE NOMES E CARACTERIZAÇÕES DOS INTERLOCUTORES

Abaixo, indico algumas características de cada pessoa, na época de sua última conversa e/ou encontro com o pesquisador. Os perfis estão elaborados especialmente em relação ao pertencimento a grupos de ativismo, e à dieta.

Breno Ex-integrante do Animalistas (este grupo se chamava SVG naquela época). Vegetariano há seis anos. Foi vegano parte desse tempo.

Cássio Participava do grupo informal que chegou a se denominar por um breve período como Anarco-vegans-Goiânia. Foi vegano por um ou mais anos, e há vários meses é vegetariano.

Célia Integrante do Animalistas. Entrou no grupo poucos meses após sua fundação. Vegetariana há mais de uma década. Foi vegana por alguns anos, e até por volta do ano passado.

Clara Ex-membro do Anarco-vegans-Goiânia. Vegetariana há alguns anos.

Cristiane Chegou a ir a algumas reuniões do Animalistas ano passado. Atualmente não participa de nenhum grupo. Sempre foi onívora; naquela época substituíva parte dos alimentos de origem animal por vegetais.

Cristiano De acordo com Renata, é o coordenador da Arpa.

Daiane Coordenadora da Biodefesa.

Elsó Ex-integrante do Animalistas (na época, chamado SVEA). Deixou de ser membro há cerca de três anos. Naquele período, era vegetariano ou vegano, mas não tenho registro sobre qual das dietas.

Fabiola Membro fundador do Animalistas. É vegetariana há cerca de um ano, e antes foi vegana por seis. Tem 24 anos, estuda ciências sociais na UFG e há alguns meses é servidora pública. Em 2011, principal período no qual fizemos a escrita coautorial, era vegana e trabalhava como artesã.

Floriano Ex-membro do Animalistas. Vegetariano; mestrando em biologia na UFG; conta por volta de 24 anos.

Hugo Ex-membro do Anarco-vegans-Goiânia. Foi vegano por um ou mais anos, e há vários meses é vegetariano.

Juliana Do Animalistas há cerca de quatro anos. Vegetariana pelo mesmo tempo. Foi vegana por cerca de um ano. Cursa engenharia ambiental na UFG. Tem 20 anos. Quando de sua participação como colaboradora nesta pesquisa, era vegetariana.

Laura Ex-integrante do Animalistas. Vegetariana há alguns anos.

Leila Ex-integrante do Animalistas. Participou por cerca de dois anos; até o ano passado. Vegana há uns três anos. Irmã de Neiva e Sílvia.

Luan Não participa de nenhum grupo de ativismo. Lactovegetariano há 13 anos.

Luís Apoiador do Animalistas. Ovolactovegetariano há cerca de sete anos. Foi vegano parte desse período. Quando está junto à mãe, é vegano; quando com os avós, às vezes consome derivados de ovo e leite. Filho de Renata.

Mariana Uma das coordenadoras do Projeto Viva Gato. Segundo Renata, é vegana.

Neiva Do Animalistas há uns três anos. Vegana pelo mesmo tempo.

Raquel Não participa de nenhum grupo. Vegetariana há alguns anos, e ativista independente.

Renata Membro fundador do Animalistas. É vegana há cerca de dez a 12 anos, e antes foi ovolactovegetariana por nove. Mãe de Luís.

Ricardo Integrante do Animalistas há uns três anos. Vegano há alguns anos.

Sabrina Não participa de nenhum grupo de ativismo. Praticante do consumo reduzido de carne. Faz ciências sociais na UFG.

Sílvia Integrante do Animalistas há uns três anos. Vegana pelo mesmo tempo. Irmã de Leila e Neiva.

Tiago Um dos fundadores da SVG. Segundo Renata, na época ele era vegetariano. E, de acordo com Fabíola, saiu da organização um tempo depois.